

# **O HOMEM CONTEMPORÂNEO E O USO DE DROGAS: REFLEXÕES ACERCA DAS PROBLEMÁTICAS SOCIAIS**

Trabalho de monografia de conclusão de curso de psicologia

2011

**Jacqueline Ramos de Almeida**

Psicóloga. Formação em Terapia Cognitivo Comportamental pelo ICCP-RJ. Residente em Saúde Coletiva da UFRJ (Brasil)

Email:

[jramosalmeida@yahoo.com.br](mailto:jramosalmeida@yahoo.com.br)

---

## **RESUMO**

O presente estudo discute o uso de drogas pelos sujeitos na sociedade atual. E para tal foi apresentado primeiramente à conceituação do homem enquanto um ser social e de relações, que precisa da interação com os outros para desenvolver-se no mundo, tendo para isso como ponto principal de partida a inserção no contexto familiar. Em decorrência das transformações ocorridas nos últimos anos no contexto social e no interior das famílias, em função de uma nova ordem social contemporânea, que cultua novos valores embasados na lógica mercadológica do capitalismo, as relações e modos de aquisição de objetos obedecem ao imperativo do consumo. Este relacionado à instantaneidade, à fugacidade, que se pautam num individualismo cada vez mais acentuados, e numa existência fomentadora da aparência externa, que valoriza o ter e não o ser. Os indivíduos, por sua vez, com seus laços fragilizados, tendem a um crescente esvaziamento e isolamento que os fazem buscar nas drogas conforto para suportar esse novo modo de relação, e lidar com emoções que não conseguem suportar em sua realidade de vida, por se constituir em causadora de intensos sofrimentos, e por ser a mesma mais um objeto oferecido pelo mercado e embutido na ótica do consumo.

**Palavras-chave:** Homem ser social, contemporaneidade, drogas

## 1. INTRODUÇÃO

Neste estudo foi apresentada uma discussão que há muito vem inquietando a comunidade científica. Esta versou sobre o uso de drogas pelos sujeitos na sociedade atual, que procurou compreender o lugar ocupado por esta em suas vidas e os efeitos que a mesma vêm produzindo na dinâmica subjetiva e, na própria atuação destes enquanto seres integrantes de um mundo social. Esta questão das drogas suscita curiosidade, pois, apesar de “antiga”, ainda continua a exercer um poderoso encantamento, sobretudo pelo aumento progressivo de consumidores informados acerca dos riscos e estragos à saúde.

O vigente trabalho teve como objetivo compreender o significado que o uso de drogas assume para os sujeitos, no contexto da sociedade atual, de modo a tecer considerações sobre o modo de funcionamento da sociedade, a forma como tem se estruturado e os efeitos que vem produzindo na subjetividade e no comportamento dos indivíduos; abordar a constituição do homem enquanto um ser social e refletir sobre o uso das drogas, seus efeitos e as conexões que estabelece com questões sociais, históricas e culturais.

Para o desenvolvimento do tema e compreensão deste fenômeno das drogas é preciso lançar o olhar para os diversos fatores que o envolvem. Por este motivo foram utilizados autores que tem como foco uma discussão que se relaciona com a dinâmica social e não apenas no indivíduo como integrante do meio, cuja análise foi independente de vertentes teóricas ou áreas específicas de conhecimento, tendo sido lançado mão de estudos feitos no campo da Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais, Psicologia e Psicanálise.

A idéia central deste trabalho, neste sentido, foi investir na possibilidade de considerar o uso das drogas relacionado ao modo de funcionamento de determinadas sociedades, tendo em vista a identificação se e como algumas organizações sociais podem conduzir alguns de seus membros a fazer uso da mesma. Neste sentido este uso pode ser compreendido como um artifício ou caminho para suportar ou tentar dar conta de responder à demandas que esta impõe. Para isso, foi necessário contextualizar o homem e a sua constituição social e histórica. Foi dado destaque aos principais pontos do período histórico identificado como modernidade e os seus desdobramentos, para chegar ao que hoje podemos compreender como pós-modernidade ou contemporaneidade, onde a problemática da droga ganha nova roupagem e espaço fértil de proliferação. Além disso será necessário contextualizar também o processo de socialização e as interferências dos momentos históricos ora salientados dentro deste processo.

Para que se possa falar da constituição humana é preciso considerá-la inscrita em um contexto social e cultural no qual estabelece e mantém relações com as outras pessoas, que se tornam essenciais à sua inserção no mundo dos valores, dos afetos e das ações. Sendo a família comumente o principal grupo de iniciação desse indivíduo na sociedade, por meio das interações

que ocorrerão entre uma subjetividade a se formar com a vivência num contexto que possibilitará os aprendizados e assimilação das experiências (Vilarinho, 2008; Carreiro e Cardoso, 2003).

Nesse sentido, a família é uma instância de base para a inserção do indivíduo no mundo. Através dela, ele cria e fortalece seus vínculos e laços afetivos que costumam servir como modelos e/ou pontos de referência para as relações que são estabelecidas com as outras pessoas tanto no contexto pessoal, social e laboral. Sobre este aspecto, Carreiro e Cardoso (2003), falam que quanto mais fortes os vínculos, maiores são as integrações sociais de tais indivíduos.

Ainda que cada família tenha o seu modo próprio de funcionamento, ela faz parte de um todo maior e mais complexo que é a sociedade. Esta, sendo produtora (ou formadora?) de modos de vida e alicerçada em um contexto histórico que também a produz. Portanto, compreender o homem atual ou de qualquer época, é pensar na relação entre esses fatores e no modo como se transformam com o passar do tempo (Vilarinho, 2008).

E dessa forma pode-se compreender que nos últimos anos nossa sociedade vem passando por diversas transformações, cujo início nos remete a era moderna com o rompimento ocorrido no estilo de vida que se levava até então para um novo modo de se conceber a vida e as relações em todas as esferas existenciais. Movimento que tem gerado inúmeras mudanças e problemáticas para a sociedade atual e que inclui a drogadição como elemento privilegiado de discussão. Assim, pretendo discutir sobre o movimento e as transformações que a sociedade atual vem sofrendo, que deram início com a época moderna e repercutem até os dias de hoje, com radicais mudanças nos valores e na forma de se conceber as relações que se realizam mediadas pela lógica do consumo, do individualismo, da vivência em caráter instantâneo e que faz com que os sujeitos se afastem cada vez mais desse social, e assumam precários modos de relação que repercutem para um isolamento do mundo e das pessoas (Stacechen e Bento, 2008).

Remeter o olhar, então para era moderna, faz-nos encontrar como um dos principais postulados que marcam o modo de ser do homem, o centrar-se no eixo da razão. A partir dela, tudo é dado a ele conhecer. Desta forma acreditava que bastava voltar-se para dentro de si mesmo, em atitude reflexiva, para obter os conhecimentos de que necessitasse. Neste sentido houve uma emancipação em relação à natureza e ao divino e uma ascendência ao estado de liberdade, em que a busca pelas verdades sobre todas as coisas e sobre o ser, ficavam a cargo da consciência pensante. Seguiu-se a isso uma intensa valorização do indivíduo e do recolhimento deste à sua individualidade (Marcondes, 2005; Bornheim, 1994; Arteiro e Francisco, 2007).

Foi um momento fértil para o surgimento da ciência e das questões tecnológicas. A ciência enquanto um recurso que auxiliava o homem a conhecer, prever e controlar os fenômenos da natureza e do próprio funcionamento da sociedade. Para Arteiro e Francisco (2007), houve uma concepção de ordem e harmonia entre as coisas, que implicava no estabelecimento de certos padrões a serem seguidos e alcançados, do contrário não seriam considerados. Tudo se tornava então passível de domínio, por meio de um saber que era dado a priori. E a tecnologia por seu

turno, assegurava os avanços e alimentava a idéia de progresso, na medida em que algo novo estaria sempre superando o antigo, que se tornava completamente sem utilidade.

Nesse contexto, tudo aquilo que a razão não alcançasse como por exemplos, os afetos, as percepções e a subjetividade, que não poderiam ser previstos, nem controlados, constituindo-se como uma ameaça, deveriam ser eliminados ou relegados a um plano de esquecimento, visto que não se podia tolerar a imprevisibilidade das coisas. Esse novo projeto de vida que surgia, com promessas de elevar o homem ao domínio total do mundo e de suas idéias, ficou propenso ao fracasso, devido à impossibilidade de atender às exigências que tal projeto impunha (Arteiro e Francisco, 2007).

Havia assim, na modernidade a idéia de romper com todos os laços e tradições. É possível dizer que o sentimento de desamparo ora presente na sociedade atual tem sido responsável por uma diversidade de sofrimentos psíquicos, que não são aceitos por esse mesmo social, sendo encarados como fragilidade humana. O indivíduo precisa ser suficiente e eficiente, e com esse imaginário social, aqueles que não conseguem se enquadrar, tornam-se presas fáceis das drogas lícitas e ilícitas, na tentativa de se adequar. Com isso a subjetividade fica empobrecida e a mercê do que dita a ordem dominante. Há um esvaziamento do ser, para o enaltecimento do ter (Carreteiro e Cardoso, 2003).

Mesmo com o capitalismo, por exemplo, que produz modos de subjetivação que privilegiem a relação do sujeito apenas consigo mesmo, numa lógica individualizante, que faz uma distinção entre o público e o privado, o que fica como marca é a regulação do social sobre o indivíduo, que só vai até onde ele permite e exige (Arteiro e Francisco, 2007).

Esse movimento faz com que o homem atual não possa sentir dor ou experimentar qualquer tipo de sofrimento e desconforto. Sofrimento esse encarado como algo negativo, que atrapalha o bom andamento da sociedade, e que torna o indivíduo solitário, porque as pessoas, de uma maneira geral, não querem entrar em contato com a dor do outro, para não serem remetidas às suas próprias dores, que tanto esforço fazem para não aparecer. O novo homem, que encontra-se só, também está sem referências e numa tentativa de dar conta dessas questões busca a anestesia e o entorpecimento, por meio do uso de substâncias que servem para calar sua interioridade e elevá-los a um plano diferente da realidade não suportada (Arteiro e Francisco, 2007; Carreteiro e Cardoso, 2003).

Trata-se de uma realidade que faz com que o tempo do indivíduo rompa com o passado, na medida em que o homem não necessita mais da tutela de autoridades externas, passando a ser o seu senhor; e também com o futuro, pois que as promessas da modernidade ruíram (período conhecido como crise da modernidade), seguidos de uma sucessão de críticas devido à incapacidade do alcance dos ideais almejados. Portanto, uma falência das noções de origem e destino, ficando desse modo o tempo restrito ao momento presente (Petrini, 2005).

Com essa noção, o homem tem que atender às suas necessidades de forma imediata e a partir dos bens que a sociedade oferece. Bens esses que já não dizem respeito a uma necessidade elementar, mas a uma exigência do mercado que quer lucro, e que logo se desvalorizam, mas contém em si uma esperança de realização individual (Petrini, 2005).

Segundo Petrini (2005) essa é uma nova cultura que tem como pré requisito o corte com as raízes, com a noção de objetivos e metas, em que as pessoas já não se preocupam com dedicação e sacrifícios, apenas com a satisfação material que segue por sua vez, o movimento do efêmero e da descartabilidade das coisas, da intensa renovação e da espera do novo. Cultura esta, que enfraquece os valores, que tornam as convicções voláteis e os compromissos fluidos, tornando os indivíduos intolerantes às ordens, obediências e regulamentos e fazendo com que os sistemas de sentidos fiquem completamente desacreditados (Petrini, 2005).

Há uma afirmação de estilos próprios de vida, escolhas livres e descompromissadas de qualquer tipo de significação e preocupação com o outro. E é nos indivíduos que não conseguem se enquadrar a este modelo que podemos pensar que as drogas vão atuar, preenchendo as lacunas que são deixadas por tantos rompimentos, falta de referências, enormes vazios, sendo alívio para os conflitos da realidade subjetiva e constituindo-se como mais um objeto oferecido pelo mercado (Petrini, 2005; Arteiro e Francisco, 2007, Raupp, 2006).

Desse modo o último ponto a ser analisado foi a questão das drogas tanto enquanto substância presente desde sempre na cultura, com diferentes assunções de significado e rituais de uso, quanto no momento atual que faz parte de uma lógica social adicta, que impelem os indivíduos para o seu consumo e sua dependência por casar com suas necessidades psíquicas fragilizadas e adoecidas (Gonçalves, 1988; Lombardi, 2004; Raupp, 2006).

A droga, portanto, sempre fez parte dos momentos históricos, tendo participação efetiva e privilegiada dentro da sociedade, cujo uso esteve vinculado à diferentes objetivos, tais como, sendo parte de rituais religiosos como meio de contato com divindades; como veneno para matar ou remédio para curar, sob variação única de dose administrada; como forma de aliviar angústia ou produzir sensações prazerosas ao organismo (Lombardi, 2004; Totugui, 1988; Raupp, 2006).

Com o passar dos anos a droga foi tendo o seu uso modificado e intensificado até se constituir enquanto um problema a ser combatido, devido às conseqüências danosas aos indivíduos e a sociedade como um todo. O consumo que estava relacionado à circunstâncias específicas e objetivos delimitados, passou a preencher todo o tempo e se estender a todas as esferas da vida dos indivíduos que tem nas drogas a razão de suas existências, em resposta ao mal-estar sentido na sociedade (Salmen, 2009; Filho, 2006).

O sujeito fica completamente à mercê da substância, corta com suas relações, abole a participação do outro em sua vida e se anula da existência. Seus conflitos são impedidos de aparecer em função dos efeitos da droga que cala sua interioridade e toda a possibilidade de significação das experiências e, portanto, de seu crescimento enquanto sujeito, que restringe ao

campo sensorial e da ação sobre o corpo todo o seu modo de relação com a vida e com o seu ser (Lombardi, 2004).

Por todos esses aspectos, a discussão que foi trazida partiu da constituição do homem e sua inserção e interação com o meio, incluindo a relação com a família e demais pessoas, com significativa importância para seu desenvolvimento enquanto ser social e, que foram tratados no primeiro capítulo. Em sequência, no segundo capítulo, foram apresentados aspectos referentes ao período da modernidade, para o entendimento do modo como a sociedade atual se constitui, com todas as suas problemáticas e insumos sobre a subjetividade dos sujeitos na realidade atual. Finalmente no terceiro capítulo foram discutidas questões relacionadas às drogas, como seu mecanismo de ação, reação e função, assim como do casamento que esta estabelece com sociedade e sujeitos e de seu pertencimento à lógica social de consumo.

## **2. METODOLOGIA**

O desenvolvimento deste trabalho foi pautado no estudo e na pesquisa bibliográfica, por meio de artigos, livros, trabalhos de monografias, dissertações e teses, relacionadas à temática proposta, com autores como Zigmund Bauman (1998, 1999 e 2001), Gilles Lipovetsky (2005), dentre outros; e entrevista realizada com o profissional Alexandre que atua no projeto destinado a assistência aos usuários de drogas e suas famílias, conhecido como Grupo Garden, situado no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, cujas contribuições se fizeram presentes no corpo do trabalho como referências textuais, do mesmo modo como foram utilizados os diversos autores estudados, e que por meio de suas ricas contribuições tornaram possível a execução e conclusão deste trabalho.

## **3. O HOMEM ENQUANTO UM SER SOCIAL E DE RELAÇÕES**

“...o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam” (Guimarães Rosa – Grande Sertão Veredas).

Falar a respeito do ser humano significa considerá-lo mediante um contexto social, de relações e interações com um outro, uma vez que “ao nascer, cada um de nós mergulha na vida social, na história, e vive, ao longo de sua existência, distintos papéis e lugares sociais, carregados de significados – estáveis e emergentes – que nos chegam através dos outros” (Fontana, 2000, p. 222; Pontes, 2008).

O ser humano pode ser concebido assim como um ser social e de relações que se constituem dentro de uma determinada cultura. Além disso, este precisa dessa condição relacional para ser considerado como um humano. É desse modo, um ser que não tem condições de desenvolver a sua humanidade no isolamento, pois precisa dos cuidados de um outro tanto para sobreviver quanto para ser considerado como humano (Paiva, 2004; Fontana, 2000; Vilarinho, 2008; Schenker, 2003).

No entanto ao deparar-se com a vida, não evita que sejam geradas diversas insatisfações, sofrimentos, vazios e todo um arsenal de mazelas com as quais não consegue lidar e que o faz procurar nas drogas uma forma de calar ou dar algum tipo de resposta a esse dissabor. A droga seria uma forma de tentar dar conta daquilo que não consegue suportar em sua realidade de vida (Salmen, 2009; Lombardi, 2004).

O ponto de partida dessa jornada tende a ser organizada dentro da família. Nesse sentido, a família é uma instância de base para a inserção do indivíduo no mundo. Através dela, ele cria e fortalece seus vínculos e laços afetivos que costumam servir como modelos e/ou pontos de referência para as relações que são estabelecidas com as outras pessoas tanto no contexto pessoal, social e laboral. Sobre este aspecto, Carreteiro e Cardoso (2003), falam que quanto mais fortes os vínculos, maiores são as integrações sociais de tais indivíduos (Costa e Gonçalves, 1988).

Posteriormente, o indivíduo alça outros vãos, descortina horizontes, traçando novos rumos e transformando paisagens. Esse processo ocorrerá “mediado por nossos parceiros sociais, próximos e distantes, conhecidos e ignorados” e fará com que haja uma integração desse indivíduo nas relações sociais. Dessa forma não é o conjunto de processos psicológicos complexos e gerais que vai formar a personalidade de um indivíduo, que vai dizer que pessoa ele será, mas é o encontro com o outro, a relação que estabelecida num momento social específico e particular, aquilo que é vivido, entre indivíduos singulares em constituição. Nesse sentido, é a partir de um outro que cada um é capaz de perceber suas características pessoais, delimitar o que é seu, suas metas e preferências, bem como estabelecer juízos em relação a si mesmo e às condutas que escolhe adotar (Fontana, 2000).

Como assinalado anteriormente, a primeira contribuição para que os indivíduos desenvolvam seu psiquismo e constituam o seu caráter provém da família. E esta por sua vez também é constituída socialmente ao existir dentro de um contexto social, receber as influências da estrutura sócio-econômica e dos meios de produção do mesmo. O indivíduo se interliga em sua família que, por seu turno, interliga-se com o social. Portanto, na passagem dos seus valores, estaria embutida a ideologia desse sistema (Vilarinho, 2008; Schenker, 2003).

Sendo assim a existência da família depende tanto do contexto social maior representado pela realidade externa, quanto da realidade interna dada pela relação e interação entre os seus membros, que se constitui em importante fator na constituição de subjetividades em que o outro aparece com uma presença e participação constantes nesse processo, que é essencial. Porém, essa

interação também é produtora de tensões, pois no mesmo momento em que os sujeitos precisam uns dos outros e de estar em relações para se construir, por outro lado estas também se constituem na maior causa de seus sofrimentos e insatisfações (Passos, 2007; Gonçalves, Delgado e Garcia, 2003).

E o que o autor Vilarinho (2008) nos traz como reflexão tomando como referência a obra de Reich, é a de que o processo de constituição do caráter do indivíduo ocorre na primeira infância. E quando mudanças se efetuam no contexto social trazendo novas características, valores e novos modos de reação, exige desses indivíduos um grau de adaptação a essas mudanças que se sobrepõem às antigas. E como a adaptação dos indivíduos não ocorre no mesmo ritmo de tais mudanças, há uma colisão entre essas duas realidades que já não se assemelham.

O que pode ser considerado a partir dessas idéias propostas por Vilarinho (2008), é a de que existe uma dificuldade para os indivíduos em se adaptar às mudanças que ocorram em seu sistema social e, que estas não se processam sem proporcionar algum tipo de afetação nos mesmos. Sendo, portanto, essa adaptação produtora de diversos modos de sofrimentos que serão melhor discutidos no segundo capítulo, e que culminariam em alguns dos motivos de encontro dos sujeitos com as drogas.

Seguindo adiante, Vilarinho (2008) em seu estudo sobre a constituição dos sujeitos tendo como base os trabalhos de Vygotsky, fala que o psiquismo do indivíduo é formado por funções que ele nomeou de elementares e superiores. Sendo às elementares de caráter mais biológico e as que aproximariam o homem da natureza do animal. Enquanto às funções superiores seriam de origem social e as que realmente interessariam à psicologia estudar. Pois tais funções seriam desenvolvidas mediante a atuação dos indivíduos com o meio e, portanto, seriam a partir delas que estes transformariam e seriam transformados pelo seu contexto social, bem como seria por meio delas que se diferenciariam dos demais (Vilarinho, 2008).

Outra questão abordada por Vigotsky citado por Vilarinho (2008) é a chamada *situação social de desenvolvimento*, que consiste basicamente num processo de combinação que ocorre entre as estruturas internas do desenvolvimento infantil, com as condições externas, referentes a cada momento social vivido, que ao longo da vida do sujeito vão interagir e formar um vínculo entre esse interno e o externo, sem que haja uma separação entre eles, como foi considerada questão sempre polêmica dentro da Psicologia essa cisão entre tais fatores. E a cada nova situação social que for vivida, haverá essa interação que contribuirá para outras e diferentes formações psicológicas.

A partir da discussão apresentada por este autor, pode-se depreender que o aspecto social da formação do indivíduo é preponderante na concepção de ambas as idéias na obra dos autores Reich e Vigotsky abordados por ele, apesar de focarem em aspectos diferentes para embasar essa constituição. No entanto, ambos concordam a respeito da predominância do aspecto social para a constituição dos sujeitos e de que o homem não é produto da natureza, possuidor de uma essência

a priori, mas que depende das relações que se dão numa determinada sociedade e momento histórico. Para Vilarinho (2008) o principal ponto de semelhança entre eles está sintetizado na passagem a seguir, e consiste em:

“O desenvolvimento do sujeito, para esses autores, está, inicialmente, baseado na relação do indivíduo com a estrutura familiar, sendo esta produto de uma ordem social. A criança constrói suas crenças e modo de viver no mundo a partir da vivência familiar, para depois reproduzir na sociedade (p.07)”.

E complementa sua análise sobre os autores Reich e Vygotsky alegando que estudar a constituição do homem é conceber sua história em movimento. Visto este depender do social para sua formação e construção que não se efetivam de forma passiva, no sentido de um simples recebimento de influências do meio externo, mas que ocorre uma relação dialética entre este e o social. Nesse sentido, a história do homem se inscreve no ténue equilíbrio entre passividade e atividade, “entre a regularidade biológica e a ativa produção de novidade” (Vilarinho, 2008, p. 6).

E essa construção para a teoria das representações sociais diz respeito a só se considerar como característica da identidade do indivíduo aquilo que tem manifestação no seu meio de relações. Se o indivíduo tem algo em si que não é externalizado e objetivado no meio social, é como se não existisse, não tivesse validade. É preciso que esse algo apareça, se expresse no mundo, sendo compartilhado com o outro, e volte para ele gerando os significados, ganhando os sentidos e integrando-se em sua estrutura subjetiva. Dessa forma para que o indivíduo se modifique ou mesmo mantenha sua identidade, estará dependente das relações sociais com as quais irá interagir (Campos e Ferreira, 2007).

E as relações que os indivíduos estabelecem em seu meio social, também para Sant’Ana (2007), tratam tanto de aspectos particulares do indivíduo, aquilo que ele apreende da experiência do meio e se individualiza na sua experiência íntima, quanto aquilo que corresponde ao conjunto da sociedade que ao analisar os trabalhos de Mead aborda com a contribuição da teoria do ato social. Esta teoria consiste na idéia segundo a qual todas as atividades que são realizadas em conjunto por indivíduos, que atendem à um mesmo fim, são atividades de onde provém os significados que seriam estendidos e assimilados pela experiência humana. E seria ato social não por significar a soma dos atos individuais, mas por a partir destes produzir um sentido diversificado que cada um traria para si, e que desse modo, só se faria presente mediante a interação entre as pessoas e não isoladamente.

Desse modo a autora salienta que:

“Nesta perspectiva, Mead (1967) concebe que a mais completa significação do ato social envolve compreendê-lo enquanto relação social que condensa elementos de uma totalidade social. Assim sendo, a compreensão dos sinais, gestos e falas dos sujeitos participantes no ato social não decorre da simples observação das ações dos indivíduos interatuantes, em díades ou grupo, mas de seu embricamento com um mundo mais amplo de relações sociais, a lhes oferecer significação para a realidade experienciada” (Sant’Ana, 2007 , p. 130).

Assim, a autora coloca que cada ato está ligado a um todo de relações sociais do qual não pode ser dissociado sem que se perca a sua significação, porque mais do que o simples agir está em jogo o que é atribuído desse vivido ou de sua posterior elaboração pelos sujeitos participantes do processo (Sant’Ana, 2007).

E por falar em relações que se estabelecem entre indivíduos, estas ocorrem, como já salientado, de acordo com um contexto social que se presentifica historicamente e que gera uma realidade. Para Romani (2003) é preciso entender a realidade não apenas como um conjunto de dados objetivos e fenômenos já estabelecidos, prontos; mas considerar nesse ínterim que a mesma abrange muito mais sendo um produto dos homens, um produto social.

Nesse aspecto, a realidade constitui-se de um processo dinâmico, em que se articulam de maneira dialética tanto elementos essenciais às condições imediatas de existência e construção vital, quanto à situação dos sujeitos no emaranhado social, nas formas de relacionamentos, no mundo como um todo. E dentro deste último aspecto referido de composição da realidade entra a cultura, que remete à herança simbólica, por meio da qual são processadas e elaboradas as experiências. Experiência essa que é sempre subjetiva por dizer respeito a cada indivíduo, que a torna objetiva no seu meio social, quando a comunica ao outro de modo a dotá-la de compreensão tanto para outras pessoas quanto para si mesmo (Romani, 2003).

Em relação aos aspectos de ordem social que exercem influências na constituição dessas experiências referidas, temos que a bagagem cultural transmite-se em sociedades urbano-industriais por meio de uma série de instituições e relações informais que se dão tanto no interior quanto no exterior de tais instituições. E como já assinalado no início desse estudo a primeira instituição pela qual os indivíduos passam e onde começam suas trajetórias de vida, tende a ser a família, que junto com a escola respondem pelo processo de socialização primária. Tal processo se configura como momento fundamental para a transmissão de uma série de modelos culturais básicos vigentes ao momento social presente. Posteriormente, outras instituições, dentre as funções específicas que vão lhe caber, contribuirão para o desenvolvimento da “socialização secundária que se estenderá ao longo de toda a vida dos indivíduos daquela sociedade”. São algumas delas, o sistema penal, o trabalho e os meios sociais de comunicação, cujos desenvolvimentos não serão contemplados nesta discussão, apenas apontados como partes integrantes na constituição dos sujeitos (Romani, 2003, p. 34; Costa e Gonçalves, 1988; Schenker, 2003).

E ao falar em relações que constituem os modos subjetivos dos sujeitos nos seus principais grupos referenciais, bem como nas transformações sofridas com a mudança nestas estruturas, devido às mudanças no próprio contexto, é de suma importância atentar para outro tipo de mudanças que ocorrem nesse ínterim, que são as de caráter psicológico do próprio sujeito em transformação mediante as passagens sofridas em sua vida, sendo a principal delas a adolescência em que comumente se inicia o uso das drogas (Oliveira, 1988).

E sobre esse aspecto relativo ao período da adolescência podemos entender que para os sujeitos, ele costuma ser considerado como um evento crítico em suas vidas, por ser caracterizado como um momento em que este passa por intensas transformações tanto de ordem física com a puberdade e a mudança do corpo infantil para um corpo adulto, quanto em relação à dimensão subjetiva em que experimenta intensos conflitos de caráter identitários. Seria a adolescência uma passagem, uma transição da infância à idade adulta. Alguns autores a demarcam como um período cronológico que pode variar de 15 e 18 até 23 e 24 anos, existindo controvérsias quanto à exatidão desses números. Outros fazem essa demarcação não relacionada a tempo cronológico mas subjetivo, em que o jovem passaria a ser considerado como adulto no momento de superação dos principais conflitos referentes a esse momento (Raupp, 2006).

É então o período da adolescência considerado um momento de mudanças. O que alguns estudos presentes no trabalho da autora Raupp (2006) mostram, é que a definição quanto à delimitação dessa etapa mostra-se cada vez mais complexa em nossa sociedade atual. Pois o que se constata é o movimento precoce do início da puberdade e o alargamento da permanência nessa fase que faz com que não exista uma especificação clara entre esta e a idade adulta, diferente de como ocorria em outras épocas.

Essa demarcação quanto à duração da adolescência varia de acordo com a sociedade e a cultura e os diferentes momentos históricos. E o que se pode estabelecer como critério para essa transição são os chamados ritos de passagem ou de iniciação, comum em tribos indígenas, em que o jovem é preparado para sair da idade infantil e assumir o mundo adulto, momento que se considera que ele está pronto para avançar a outra etapa. E o modo como cada rito acontece varia de cultura para cultura (Raupp, 2006).

Em nossa sociedade não existe essa delimitação e ainda se observa uma crescente dificuldade no estabelecimento do término da adolescência, combinada com o estímulo social para que os jovens se mantenham nessa condição e por colocar-lhes numa realidade que o impossibilita de ir à luta em busca de sua própria vida. E o que antes era um período de rápida transição e bem demarcado, em que podíamos entender ser a adolescência praticamente inexistente, agora tem tido permanência prolongada, com fronteiras frágeis e somada com diversas problemáticas advindas dessa modificação. E a própria denominação da adolescência só veio a surgir com o início da modernidade (Raupp, 2006; Schenker, 2003).

E referente às mudanças ocorridas nessa conjuntura da sociedade moderna e seus efeitos sobre a concepção e estabelecimento da adolescência, a autora salienta que:

“É nesse contexto que a adolescência passa a ser considerada um período crítico, associado ao desaparecimento de fatores da sociedade tradicional que garantiam unidade e estabilidade e facilitavam o trânsito da infância a adultez. É somente a partir dos novos movimentos instaurados pela modernidade, com suas fraturas na hierarquia social, relações efêmeras e quase ausência de ritos de passagem que aparece a necessidade de um período prolongado para preparar o jovem à assunção dos papéis pertinentes à vida adulta. Surge, então, a adolescência como a conhecemos em nossos dias, época de grandes transformações, descobertas, rupturas e aprendizados; mas também fase que envolve riscos, medos, amadurecimentos e instabilidades” (Raupp, 2006, p. 14-15).

Dessa forma a nova sociedade concederia certa tolerância à vivência dessa fase que apresenta-se com inseguranças e incertezas quanto ao futuro, as figuras de referências e ao como se portar no mundo adulto que valoriza cada vez mais a permanência nessa fase que tornou-se ideal dos próprios pais. Pois o adolescente é visto como modelo de consumo por ser o que melhor representa os ideais de fluidez e de máxima potência para afetar e ser afetado (Raupp, 2006).

Temos nos estudo de Fischer (1996) outras contribuições a esse respeito ao nos chamar a atenção para o fato de que o ser jovem não consistiria mais em uma fase preparatória para a vida adulta, mas seria o seu estágio final. Ela cita Àries que denominou o século XX como o século da adolescência, que consistiria na renovação pelos jovens de tempos fracassados para trazer luz e desejo de renovação. Desse modo conclui ela, que se passaria de um tempo sem adolescência para um em que a adolescência é considerada a idade favorita. Chega-se cedo a ela para poder permanecer por muito tempo.

Apesar de atualmente a sociedade estar convivendo com esses novos conceitos quanto ao modo de se portar, tendo os adultos se espelhado nos jovens quanto ao modo de ser, fato é que para estes últimos a vivência dessa fase ainda é sentida com diversos conflitos quanto à sua constituição subjetiva. Oliveira (1988) tendo como base os estudos de Aberastury faz referência aos lutos pelos quais os adolescentes passam em sua transição da infância à idade adulta. São eles, o luto pelo corpo infantil, pela identidade e pelos pais da infância.

Quanto ao corpo há o sofrimento pelas mudanças que adquire que passa a ganhar novos caracteres que o preparam para a procriação. Em relação à própria identidade diz respeito à confusão que experimentam quanto aos papéis a desempenhar no mundo adulto e a mudança no status que já não condiz com a dependência infantil nem a independência da maior idade. E por último as mudanças quanto às figuras parentais que eram vistas como perfeitas, sem erros e

fraquezas e passam a perceber que eles já não são tudo o que pensavam, bem como a necessidade de se buscar outras referências fora do contexto familiar (Oliveira, 1988).

Esse último luto é considerado o mais difícil de ser realizado, pois a separação que ocorre implica um movimento tanto do adolescente quanto dos pais em relação ao filho. Essa separação é sentida como abandono para ambas as partes e o conflito se instala entre eles. Os pais sentem por não estarem mais no pedestal e os filhos passam a contestar suas autoridades e a buscar novas experiências, a fim de afirmarem suas identidades e experimentarem a vida por seus próprios meios. E é nesse contexto que comumente surge à droga como expressão desse mal-estar que muitas vezes reflete um mal-estar maior, o da nossa sociedade (Oliveira, 1988).

É importante neste contexto da adolescência e a interação com sua família ressaltar, que os conflitos e a intensidade com que são vividos nesta fase, devem-se em grande parte ao modo como foram plantados na infância. Pois em cada etapa da vida, o ser humano é resultado do processo que o levou até ali, portanto, pais que costumam ter problemas com filhos adolescentes, estes não sinalizam um conflito que tenha início naquele momento, como a autora chamou de algo de tipo “geração espontânea” (p. 209, 2003), mas que remetem aos primórdios do desenvolvimento infantil (Schenker, 2003).

E como a família está sob efeito da nova configuração da sociedade contemporânea, seus valores muitas vezes estão embasados na aquisição dos bens de consumo, na valorização do indivíduo acima de tudo, que conduz à estimulação de uma conduta desvinculada de valores comunitários para acentuação do egoísmo. Pois o legado social e ético que são passados entre as gerações que determinam o comportamento social. Tais valores são importantes para a formação de uma sociedade humana e justa, calcada em princípios sobre ser comunitário e que fica, desse modo, comprometido quando a lógica regente da sociedade prega o oposto nos dias atuais, assim como será visto em sua dinâmica, percurso e repercussão na discussão do próximo capítulo (Schenker, 2003).

#### **4. A SOCIEDADE ATUAL E SUAS PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS PARA OS SUJEITOS**

“uma fissura começa a esgarçar-se entre o homem e o mundo, entre o homem e um outro homem. A dor dessa fissura se revela, se retrata na toxicomania. Eis o espaço primordial: a dor. Pois não nos ensinam que nosso processo de transcendência não é mais alcançar o melhor dos mundos, e sim olhar ao redor e construir aqui e agora um mundo melhor; não nos avisam que estamos imersos em outros valores. Sentimo-nos sós, desamparados e sem comunicação, e, no entanto, incitam-nos a caminhar, mas para onde? Qual o norte da vida? Lugar nenhum? (Arruda, 2003, p. 90-91).”

Para que possamos refletir acerca das questões atuais que permeiam o momento histórico em que vivemos, bem como pensar na posição que os sujeitos de um modo geral ocupam e

principalmente os usuários de drogas e o desenvolvimento da drogadição, faz-se imprescindível recorrer ao período conhecido na história como Modernidade, salientando os principais aspectos de sua configuração que mudaram de modo radical toda a forma de se conceber a realidade e, fundamentalmente a concepção de homem. Tendo este, no momento atual experimentado uma gama de vazios. Vazios de sentidos, de relações afetivas, de significações pessoais e emocionais, verificadas no individualismo exacerbado, na estetização da existência que anula o ser e transfere todas as possibilidades de vida para o momento presente, ancoradas pela lógica capitalista do consumo. E serão nesses sujeito imersos nesse contexto que a droga vai ocupar o seu espaço de forma tão efetiva (Lipovetsky, 2005; Plastino, 2003; Romani, 2003; Salmén, 2009; Raupp, 2006; Filho, 2006; Costa e Gonçalves, 1988).

Assim, como foi abordado no capítulo anterior sobre o fato do ser humano precisar do meio social para se constituir enquanto humano, e como tem estado num movimento nos últimos tempos de se afastar desse social, como foi apontado pelo autor Lipovetsky (2005) que nomeou esse processo de “deserção social”, há grande afetação desse homem como efeito de todo esse processo. Uma das possíveis conseqüências ou afetações é recorrer ao uso de drogas para forjar um bem estar que lhes falta, ou até mesmo experimentar satisfação e apaziguamento em algum nível, livrar-se do desconforto de viver, também pode ser um dos objetivos do uso das drogas ou simplesmente produzir sensações. E essa parte do trabalho pretende falar desse percurso, contextualizar o novo cenário de aparição das droga, cujo desenvolvimento principal constará no próximo capítulo (Carreteiro e Cardoso, 2003).

#### **4.1-Do Moderno ao Pós-Moderno:**

“Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. E no entanto os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente “globais”; alguns se fixam na sua “localidade” — transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os “globais” dão o tom e fazem as regras do jogo da vida” (Bauman, 1999, p. 7).

“Todos têm razão, ou a vida, ou ignorância simétrica  
Vaidade, alegria e sociabilidade,  
E emigram para voltar, ou para não voltar,  
Em navios que os transportam simplesmente.  
Não sentem o que há de morte em toda partida,  
De mistério em toda chegada,  
De horrível em todo o novo”  
(Fernando Pessoa, 1997).

A passagem acima nos remete ao movimento que a nossa sociedade vêm adquirindo ao longo desses anos, que se apresenta como inevitável de modo a não haver possibilidade de escolha em não fazer parte dele. Esse movimento está intimamente ligado com o período da história conhecido como Modernidade, que causou muitas e radicais mudanças no modo de vida das sociedades tanto do ponto de vista econômico, político e cultural, tendo levado a transformações em todas as esferas da existência social e pessoal dos sujeitos. Tais mudanças se processaram na organização do trabalho e no modo de exercê-lo, na educação e nos modos de socialização, nos valores e costumes do quotidiano das pessoas, criando uma nova forma para estes estarem no mundo se orientando a partir de novos preceitos (Petrini, 2005).

O homem começou a romper com verdades antes inquestionáveis e foi se afastando daquilo que antes o significava. Um aspecto desse momento foi, por exemplo, quando Deus deixou de ser o fundamento de todas as normas e a referência para a tomada de decisão das pessoas, que passaram a buscar outros caminhos em busca de outras verdades. Já não havia mais o interesse em aceitar unicamente os conhecimentos advindos da ordem do divino e da natureza (Bornheim, 1994; Goergen, 2005).

Dessa forma, as questões referentes ao passado foram perdendo força e sendo desvalorizadas por representar um tempo contrário à liberdade e à razão. Por ter sido constituído por uma cultura de opressão de autoridades externas que exerciam um controle coercitivo e dominador, como no caso das religiões, tendo acumulado diversos erros ao longo da história. O deslocamento então passou do tempo pretérito para o futuro, concebido como o momento para as mudanças e experimentações, proporcionadas através das possíveis realizações que a razão técnica e científica inauguraria. (Petrini, 2005).

Um dos grandes marcos dessa nova era, nessa conjuntura, foi a ascensão da racionalidade e a partir desta, o desenvolvimento e avanço das descobertas científicas e tecnológicas que trouxeram facilidade e comodidade para a condição de vida dos sujeitos. Em tempos mais remotos, a razão havia sido objeto de atenção apenas de filósofos e teólogos preocupados em encontrar respostas para as grandes questões da humanidade sobre a origem e o destino das espécies, bem como sobre a permanência do ser no mundo. Mais tarde, ela foi apropriada por cientistas como Leonardo, Galileu, Descartes, Newton entre tantos outros, em que passa a ter um papel não mais especulativo, mas de participação efetiva dentro do movimento da sociedade, e no comportamento das pessoas (Petrini, 2005).

Houve assim uma nova configuração e arranjo dentro da história, pois a razão, que antes estava colocada mais como uma divindade, um ideal que poderia inaugurar novos tempos, passou a assumir um caráter eminentemente mais prático sendo adotada como uma espécie de crença religiosa dentro da realidade de vida das pessoas. Foi assim que a razão adquiriu importância crucial e tornou-se responsável pelos rumos do progresso, trazendo promessas de paz e felicidade para a face da terra (Petrini, 2005).

Petrini (2005) justifica sua afirmativa sobre esse viés, ao salientar que realmente podem-se observar muitos benefícios advindos do processo em que a razão esteve sendo a grande marca da sociedade. Ela facilitou em muitos aspectos a vida das pessoas, na ordem da capacidade de produção, nos recursos humanos e materiais, que foram multiplicados e melhor aproveitados, permitindo que as necessidades humanas fossem atendidas da melhor forma possível e com satisfação graças ao uso regular e consistente da razão.

A vida e o dia-a-dia das pessoas tornou-se mais confortável sem tanto sacrifício e esforço para a realização das atividades. Tudo isso devido aos instrumentos criados pelo conhecimento tecnológico, que trouxe em sua bagagem o caráter da utilidade e novidade, que tanto atraem e fascinam as pessoas e configuram outra característica da modernidade (Petrini, 2005).

Nesse contexto a questão que começa a surgir é a de que os produtos que começam a ganhar destaque e preferência na vida das pessoas no período do império da razão, já não respondem por uma necessidade básica do ser, como a verdade, a justiça, a liberdade e a felicidade, mas atendem a uma demanda de mercado que quer lucro e poder. E dessa forma o espaço da gratuidade como nos sugere o autor, vão desaparecendo dando lugar a uma razão que tudo calcula em termos de conveniência. O que passa a valer a pena conhecer é somente aquilo que a razão puder calcular, analisar, encontrar utilidade, validade, proporcionar um poder, para que possa ser considerado. (Petrini, 2005).

E mesmo com tantas promessas de felicidade e encantamento pelo campo de possibilidades que era oferecido pela razão, a modernidade entrou em crise. Os avanços da ciência e da tecnologia só vieram inaugurar o sucesso da economia de mercado e se preocupar com questões instrumentais da vida, atuando no mundo dos objetos e de todo o aparato instrumental de sobrevivência. Esse projeto não se preocupou ou se ocupou das questões humanas, da ordem do subjetivo e do íntimo do ser. Nesse sentido, o mesmo veio a fracassar em seu projeto de felicidade e elevação da humanidade, porque deixou de lado o que era o fundamental da existência e ainda contribuiu para o esvaziamento do homem. Esvaziamento que é preenchido pelos objetos oferecidos pelo mercado, no lugar daquilo que lhe falta enquanto essência de vida. Objetos esses como as drogas, que terá no terceiro capítulo maior foco de atenção, por fazer parte da nova lógica social e atender aos ideais de consumo (Trindade, 2008; Lombardi, 2004; Raupp, 2006).

E o período atual em que vivemos conhecido como pós-modernidade é encarada por alguns autores como uma espécie de extensão da modernidade, não tendo ocorrido um rompimento entre os dois momentos, uma mudança de época em que um é substituído pelo outro, mas apenas o acirramento de algumas características do anterior para o novo momento histórico (Stacechen e Bento, 2008).

A questão, portanto, desse estudo não terá como preocupação delimitar precisamente aspectos referentes a esses períodos e sim concentrar-se nas transformações ocorridas à partir da

modernidade até os dias de hoje em que a sociedade experimenta alterações profundas e significativas, que interferem no modo de vida dos sujeitos e seu percurso para as drogas (Stacechen e Bento, 2008).

E partindo destas transformações inauguradas pelo novo momento histórico, um dos aspectos marcantes é estarmos diante de uma realidade que faz com que o tempo do indivíduo rompa com o passado, na medida em que o homem não necessita mais da tutela de autoridades externas, passando a ser o seu senhor; e também com o futuro, pois que as promessas da modernidade ruíram (período conhecido como crise da modernidade), seguidos de uma sucessão de críticas devido à incapacidade do alcance dos ideais almejados. Portanto, nota-se uma falência das noções de origem e destino, ficando desse modo o tempo restrito ao momento presente (Petrini, 2005; Pontes, 2008).

E somado a isso, os tempos pós-modernos têm exigido dos sujeitos novas formas de produção de sua identidade, o que aponta para modificações nas formas de se vincular e construir laços afetivos, bem como aquilo que se tem tomado como referências para essa construção. O que antes era papel desempenhado de forma eficaz pela família, como a transmissão dos valores e referenciais de vida, sendo as figuras de pai e mãe percebidas com respeito e obediência pelos filhos, agora foram substituídas pela ordem do mercado, do consumo e de todos os aparatos oferecidos pelo sistema capitalista. Como consequência desse processo, encontramos indivíduos cada vez mais centrados em si mesmos e distantes dos antigos valores, que nessa conjuntura perdem importância e dão lugar a um regime de futilidades e frivolidades, em que tudo é passível de consumo e de substituição, de negociação e troca (Lombardi, 2004).

Pode-se entender, a partir destes aspectos destacados, que as modificações sofridas nos valores da família e na execução dos seus papéis trouxeram um campo fértil para a instauração da dependência química. Isso se verifica no que tange a educação que era passada aos filhos, que deixou de ser autoritária para permissiva, devido muitas vezes aos pais estarem se sentindo inseguros e até culpados em estabelecer regras e limites. Atualmente verifica-se que os pais, sobretudo nas classes médias e altas, preocupam-se com o atendimento pronto e imediato aos desejos das crianças e adolescentes, que não podem ser frustrados, e que seguem a noção hedonista da satisfação e o afastamento do desprazer. E desse modo, não se culpabiliza o descompromisso, reforça-se a auto-realização e os excessos e valoriza-se o tempo livre e ocioso (Lipovetsky, 2005; Schenker, 2003).

O que vai sendo observado é o fortalecimento e o crescimento do processo de individualização porque segundo a autora Schenker (2003), a criança não vem ao mundo sabendo se comportar, ela é naturalmente egoísta e não sabe sentir pelo outro. Depende assim da educação dos pais que são seus primeiros educadores para colocar limites à plena realização de seus desejos e satisfações e aprender que existe um outro a ser considerado e que ela não poderá tudo.

Porém, o que se apresenta na atualidade são pais que cedem a todos os caprichos dos filhos, a partir da idéia de que devem dar tudo o que não tiveram em termos materiais e de liberdade, de

autonomia para agir, tendo como pressuposto dar o que não tiveram e não o que os filhos precisam. A ênfase que recai sobre o desenvolvimento do ter, deixa de lado o do ser, cuja lógica reside no consumo material e não no consumo de princípios como, ser solidário, participativo, ver o outro como um igual, enfim, ser social. E deixam de se colocar como autoridades e se comportam como amigos dos filhos, que assumem a tirania sobre os pais. Dessa forma criam-se sujeitos egoístas, individualistas que são incapazes de lidar com uma negação (Schenker, 2003).

Esse movimento se faz presente dessa forma porque há uma modificação na própria noção de família em si, principalmente no que diz respeito aos papéis que cabiam socialmente aos progenitores. Além das questões referentes à criação que os pais receberam, há que se considerar ainda que, o que antes regulamentava a relação entre os sexos e as de parentesco, e delimitava suas funções, também foram modificadas. A família nuclear e patriarcal como existia antigamente, ficou para trás. A mulher saiu de casa para trabalhar e ganhou emancipação em sua condição como mulher, abrindo-se para outras realizações que não mais se restringiam aos afazeres domésticos e à criação dos filhos. O homem, por sua vez, não desfruta mais do poder sobre a família, sendo as tarefas e responsabilidades partilhadas entre o casal, baseados no valor da igualdade dos sexos. E mesmo nos contextos mais pobres e rurais, que sofrem em menor proporção às influências da cultura atual, e onde muito dos antigos valores que permanecem conservados, não apresentam mais a legitimidade social, restando a estas integrar o fluxo das novas gerações (Petrini, 2005).

Tais colocações acima estão em consonância com Petrini (2005) quando fala que a nova cultura que se cria é aquela que corta com suas raízes e valores, que, nesse sentido, produzem indivíduos cada vez mais centrados em si mesmos, descompromissados e avessos a qualquer modalidade de norma, regra, responsabilidade, obediência e que não estabelecem mais objetivos e metas que exijam dedicação e sacrifício, o que, por sua vez, desacredita e desabilita todos os sistemas de sentidos.

E o sistema de maior importância, que o mesmo autor aborda e que vem sendo desabilitado, é a já citada família, que progressivamente perde seu significado como instituição de base na nova dinâmica que assume na contemporaneidade, com caráter instável e flutuante. E que passa a ser concebida como chamou o autor acima citado de uma realidade privada que serve apenas como um percurso significativo para a existência de seus membros no experimentar de afetos, emoções e sentimentos, porém com redução de significação pública, ou seja, no caráter de instituição fundamental de socialização, que se apresenta primeiramente ao indivíduo. Houve uma diversificação para várias possibilidades de configuração em sua conjuntura familiar e nas tarefas educativas e de socialização que têm sofrido um forte compartilhamento de outras instituições, públicas e privadas.

E o que a discussão desse autor nos coloca, é que são os fatores externos que participam da família que redefinem os seus valores, e interferem de forma significativa na conduta de cada um de seus membros. E uma parte fundamental dessa influência se faz presente no contexto escolar, que participa da vida dos sujeitos em várias etapas do seu desenvolvimento. Além do trabalho

tanto do homem quanto da mulher, e de outras instâncias de formação, como clubes, associações, cursos e comunidades religiosas, todas em constante atravessamento do cotidiano familiar, abrindo espaços para que se produzam tanto a emergência de novos diálogos quanto para a geração de conflitos (Petrini, 2005).

E o que parece estar nos apontando Petrini, (op. Cit.) é que como a família está inserida dentro de uma estrutura social e sofrendo as influências do que ocorre nesse contexto, com as modificações nos modos de configuração da sociedade, a mesma também é afetada por esse movimento que faz com que os laços encontrem-se frouxos, fluidos e destituídos de importância, exigindo dela a assunção de novos contornos. O que produz em seu interior um enfraquecimento e uma perda de função e até do sentido do que seja família, ou do como sempre foi concebida desde o período da Revolução Industrial, quando adquiriu o caráter burguês de família nuclear (Carreteiro e Cardoso, 2003; Petrini, 2005; Vilarinho, 2008).

Todos esses fatores configuram questões que são consideradas problemáticas em nossa sociedade e constituem insumos na subjetividade dos sujeitos, cuja lógica predominante reside em dois pontos principais: mercado e consumo.

#### **4.2- Os Problemas Advindos com a Pós-Modernidade:**

No contexto dos acontecimentos pós-modernos advém, como já foi antecipado anteriormente, a questão do individualismo que o autor Lipovetsky (2005) vai chamar de processo de personalização. Ele aponta que o modo de vida que temos atualmente é plural e que conduz a uma personalização, na medida em que os indivíduos possuem maior liberdade em suas escolhas, optam pelo que querem e como querem, dentro de uma gama de ofertas, de flexibilidade, de fórmulas, que se ajustam e alcançam todo o tipo de gosto, que é oferecido pelo mercado e os meios de comunicação (Salmen, 2009; Lombardi, 2004).

Nesse movimento o que é uno e homogêneo desaparece, e já não importa o todo, mas o individual, o cada um que responde apenas por si. O imperativo que se estabelece e floresce nesse contexto é o do bem-estar, da liberdade e o dos interesses próprios, que o autor Birman citado por Stacechen e Bento (2008) vai chamar de cultura do narcisismo, que é caracterizada pelo autocentramento do sujeito e o desaparecimento gradual do outro, que só tem uso como fonte de prazer e enaltecimento de e para o eu.

Nesse contexto nota-se o alargamento da indiferença, também produto do narcisismo contemporâneo, que o autor Lipovetsky (2005) vai diferenciar da alienação proposta por Marx, tendo a indiferença não um caráter de passividade, inconsciência ou resignação. Diferente disso, ela aparece como uma escolha consciente, um desinvestimento e uma disponibilidade que as pessoas assumem frente aos acontecimentos. Desse modo o ganho desse movimento é do capitalismo que descobre uma condição ideal para a sua experimentação, que pode realizar-se

sofrendo o mínimo de resistências, na medida em que os sujeitos não vão se fidelizar e aderir por muito tempo aos seus dispositivos e inovações (Pontes, 2008).

Dessa forma o movimento que as relações entre as pessoas assumem na nova ordem social não é o de afastamento e de não-relação. O sujeito precisa do outro para ser sujeito, e isso ainda é indispensável. A interação social não está deixando de existir. O que muda nesta interação é a forma como vem ocorrendo, os sentidos que vem adquirindo, tornando-se inconsistentes, tendo o sujeito, dentro dos grupos, uma função cada vez mais empobrecida, fragilizada e facilmente descartada. As relações servem na medida em que são úteis ao eu, não exigem reciprocidade, posto que cada um está preso em si mesmo (Passos, 2007).

O que se pode entender nas novas interações sociais, é que a prioridade não é mais a de um coletivo. A dimensão do social, da luta de classes, do conjunto como uma unidade de força está desaparecendo para dar lugar à dimensão do individual. O movimento que segue é a da desafeição da esfera pública para a adaptação funcional a um isolamento do indivíduo, como uma estratégia do sistema. O eu passa a ser o alvo de tudo, a preocupação central e, neste sentido, pouco importa acabar com as relações com tanto que o eu seja cada vez mais absorvido em si próprio e adaptado ao mundo de onde este nasce (Lipovetsky, 2005).

E sobre esse modo como a sociedade modifica a relação do eu com o outro, Lipovetsky (2005) desenvolve a seguinte argumentação:

“As sociedades ocidentais estão a passar de um tipo de sociedade mais ou menos dirigida pelos outros a uma sociedade dirigida do interior. No tempo dos sistemas à lista, a personalidade já não deve ser de tipo gregário ou mimético, mas aprofundar a sua diferença, a sua singularidade: o narcisismo representa este desprendimento da apreensão do Outro, esta ruptura com a ordem da estandardização dos primeiros tempos da «sociedade de consumo». Liquefação da identidade rígida do Eu e suspensão do primado do olhar do Outro, em todos os casos, é realmente como agente do processo de personalização que o narcisismo funciona” (Lipovetsky, 2005, p. 42).

O que é percebido neste trecho ao falar de uma diferenciação e singularização, é que estas não são buscadas com o intuito de um melhor conhecimento e apropriação de si, que não torna necessária a anulação do outro, mas justo o seu contrário. Esse aprofundamento nas questões do eu que o autor coloca, conduz os sujeitos tanto ao afastamento do outro, quanto a fragilidade de si mesmos quando refere-se à liquefação da identidade desse eu.

Isso concorre com outra questão que está em jogo na vida do sujeito pós-moderno que é a exterioridade. Cuida-se e cultua-se cada vez mais a aparência externa para ganhar a admiração do outro, que só serve para que o próprio eu se eleve. Assim como tem sido discutido, o que se busca é o movimento crescente de exaltação desse eu e anulação do outro. As pessoas estão vestindo uma espécie de máscara para exercer os seus papéis sociais. Máscaras que são aceitas

coletivamente e ganham a admiração das pessoas porque atendem ao ideal social e sua superficialidade (Stacechen e Bento, 2008).

O ideal social ao qual os sujeitos vem se enquadrando ou tentando se enquadrar diz respeito a uma sociedade do espetáculo, em que o que está em jogo é a estetização da existência, a valorização do exterior e das formas exacerbadas de aparição e excelência. O espetáculo diz respeito àquilo que assume a parte principal de um evento vivido e tem tido como ação fazer do real uma falsa representação, alargar as esferas da alienação e do desapossamento das consciências e a intensa acumulação de produtos, portanto, sociedade do espetáculo está na lógica da sociedade de consumo (Lipovetsky, 2005).

Sobre esse aspecto a passagem que segue faz uma reflexão a respeito dos valores que subjazem a atual existência na sociedade na concepção de Baptista, que diz:

“Se a modernidade aparentemente decretou certo afastamento de Deus, com a secularização do mundo, a pós-modernidade acrescenta a morte dos ideais e do futuro. O que vale é a promoção do prazer cultuador da auto-imagem, do aqui e agora, na vertente niilista do nada e do vazio que sustenta (...). O ideal comunitário deixa de priorizar as idéias, princípios ou tradições e se converte numa sociedade do espetáculo. O que está em jogo é a performance e a imagem, que mesclam ao estilo e à estetização da existência. Toda essa articulação é posta a serviço do mercado” (Baptista, 1998, p. 31).

E ao refletirmos sobre esse viés, fica claro que vivemos em uma sociedade de consumo, isso é fato e ninguém duvida. Na realidade o consumo faz parte da existência e manutenção de todo ser vivo. Todos necessitamos consumir para viver. Esta prática é essencial e desde muito tempo na nossa história o homem esmerou-se na criação de produtos para consumo. A diferença que surge no período atual e que faz com que caracterizemos a nossa sociedade como consumista, está na ênfase, prioridade e frequência que esse consumo adquire na vida das pessoas e na capacidade que assume de ocasionar mudanças significativas nos aspectos da sociedade, da cultura e da vida individual. Com o advento do capitalismo, o lema inicial consistia na produção e depois passou a concentrar-se no consumo. Consumia-se por necessidade e agora a necessidade é para consumir (Bauman, 1999; Gonçalves, Delgado e Garcia, 2003).

Conjuntamente com esta questão do consumo, Bauman (1999) salienta para a relação deste com o tempo, que também sofreu ao longo dos anos profundas alterações em sua concepção. O tempo que adquire valor é o do “agora”, do momento presente para que o sujeito não crie o hábito, pois estes não são desejáveis porque estabelecem vinculações e compromissos e o único hábito a ser mantido é o de mudar o hábito. Dessa forma garante-se o intenso movimento para o consumo e a lógica segundo a qual as experiências terem de ser voláteis e assumirem a

temporalidade necessária apenas à consumação dos objetos, que tornam-se descartáveis na medida em que seu uso perca a conveniência para os sujeitos.

Gonçalves, Delgado e Garcia (2003), dizem que a interação entre os sujeitos passa a ser intermediada pelos objetos, que podem ser qualquer coisa, até os próprios sujeitos. Segundo eles essa relação com os objetos de consumo, vão para além do valor de uso, adquirindo um valor de troca. Não se consome um objeto pelo objeto em si, mas pelo sentido que este assume para os sujeitos, pelo valor que passa a representar. Desse modo a qualidade dos objetos deixa de estar ligada a uma necessidade definida, para assumir outra lógica que é a da significação.

Além disso, as experiências na contemporaneidade obedecem ao caráter da instantaneidade em sua satisfação, que corresponde tanto ao que diz respeito à busca pelo objeto, que precisa proporcionar uma satisfação imediata que não exijam maiores habilidades nem fundamentos extensos, quanto no prazer que proporcione, que no mesmo sentido deve terminar pelo tempo correspondente, como falou o autor, “num abrir e fechar de olhos”, ou seja, terem o mínimo de duração. Essa idéia permeia uma lógica segundo a qual nenhuma necessidade deva ser inteiramente satisfeita e nem o desejo o último, para exigir dos indivíduos a constante renovação, devida a insuficiência dos objetos e a facilidade no deslocamento de seu interesse (Bauman, 1999).

E sobre essas idéias que parecem caracterizar a modernidade ou pós-modernidade como a questão da facilidade, efemeridade ou volatilidade no modo como as relações e o consumo se dão e estão relacionados com o tempo, Bauman em vários de seus estudos, como em o amor líquido (2004) e modernidade líquida (2001), aponta para um fenômeno que denominou como liquidez em oposição a alguma coisa que era sólida e que agora se liquidifica. E mais especificamente no seu trabalho sobre a modernidade líquida (2001), há uma passagem logo no início de sua discussão que argumenta sobre o modo fácil como os líquidos se disseminam. A idéia consiste em:

“Os fluidos se movem facilmente. Eles “fluem”, “escorrem”, “esvaem-se”, “respingam”, “transbordam”, “vazam”, “inundam”, “borrifam”, “pingam”; são “filtrados”, “destilados”; diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos- contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho. Do encontro com sólidos emergem intactos, enquanto os sólidos que encontraram, se permanecem sólidos, são alterados – ficam molhados ou encharcados” (Bauman, 2001, p. 8).

Desse modo o autor quer salientar que o processo da modernidade foi fluido desde o seu princípio, sendo seu maior passatempo e principal realização o “derretimento dos sólidos”. E situa esses conceitos em relação à passagem do tempo ao dizer que os sólidos por terem sua forma consistente, resistem com mais força a essa passagem, que nesse sentido torna-se

irrelevante, enquanto que os líquidos não têm forma específica e estão prontos e dispostos a mudá-la, tendo, portanto, o tempo grande relevância em oposição ao espaço, que só são habitados por um momento (Bauman, 2001).

Para entender melhor o que foi esse processo do “derretimento dos sólidos” que o autor vem mostrar, é preciso atentar ao que já foi mencionado no item 2.1 deste capítulo sobre os pressupostos da modernidade. No seu surgimento o que se tornou importante foi romper com concepções antigas, que impediam o avanço dos novos conhecimentos que surgiam, livrar-se da tutela de autoridades externas e acabar de vez com o passado que representava a tradição. Com isso, a necessidade da derrubada dos sólidos que era representado por estes fatores anteriores ia contra o estabelecimento da era moderna. No entanto, a idéia que se tinha não era a de acabar para sempre com os sólidos, mas a de construir uma nova ordem, com novos sólidos aperfeiçoados (Bauman, 2001).

Segundo o autor, “Os primeiros sólidos a derreter e os primeiros sagrados a profanar eram as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos, impediam os movimentos e restringiam as iniciativas” (Bauman, 2001, p. 10). Desse modo, era essencial acabar com obrigações que pudessem impedir o cálculo racional sobre seus efeitos, que significava libertar os pesados deveres para com a família e o lar, afrouxar as responsabilidades com os laços subjetivos mútuos, que limitavam a liberdade individual do escolher e do agir e deixar que ficasse apenas o “nexo do dinheiro”.

Em contrapartida, o derretimento dos sólidos deixou toda a rede de relações sociais comprometida, devido ao seu enfraquecimento, desproteção, desarme e exposição às novas regras de ação e da racionalidade em consonância com o mercado que a impossibilitava de competir com eles. As brechas foram abertas para a invasão e dominação da racionalidade e da economia que passou a responder pelo controle de toda a vida social em seus diferentes aspectos, libertando as fronteiras políticas, éticas e culturais que pudessem constranger o seu crescimento. E o que antes era visto como rigidez trouxe como resultado a desregulamentação, o excesso de fluidez progressiva e o descontrole sobre o esse mesmo mercado (Bauman, 2001).

O que todo esse movimento tem ofertado para além dos seus produtos, são uma gama de sofrimentos e patologias, que respondem pela ordem do dia ao caracterizarem-se como subprodutos desse processo que levam os sujeitos à sua desapropriação. E será a esse respeito que tratará o próximo tópico que fecha este capítulo e que introduz a discussão mais específica dos sofrimentos sentidos pelos sujeitos, e do encontro que alguns destes fazem com as drogas, sendo a análise principal do último capítulo.

### 4.3- O Vazio e o Desamparo do Sujeito:

Toda essa discussão que vimos concebendo desde o início desse segundo capítulo a respeito do que a modernidade ocasionou de transformação na vida das pessoas, remete a uma questão que fala no início da história de um processo de afastamento do sujeito com o mundo que começou a ocorrer a partir da antiguidade. De uma cisão que se processou entre eles, que mesmo sendo considerados como distintos um do outro, nunca foram distantes, tendo sido mantidos sempre integrados, em conexão e harmonia (Lukács, 2000).

No mundo da antiguidade não existia a separação entre interior e exterior, alma e ação porque não havia uma coisa e outra separadamente. Os gregos conheciam somente respostas e nenhuma pergunta, não existia o caos, sendo tudo ordenado, homogêneo e dotado de consistência e permanência. O mundo, portanto, era fechado e coeso, sabia-se exatamente onde chegar e ainda que o caminho fosse longo e distante do alcance, jamais surpreenderia quem o percorresse com o abismo. Mesmo que surgissem forças ameaçadoras e incompreensíveis, não seriam capazes de abalar a presença do sentido e, ainda que acabassem com a existência não confundiriam o ser. Havia uma noção de totalidade, de tudo abarcar e saber dentro do que se concebia como uma unidade (Lukács, 2000).

Desse modo a totalidade também se estendia ao ser, que era visto como dotado de completude, destino e essência e com uma realidade visível e palpável, como nos conta Lukács (2000), em função de sua integração com o mundo.

Com o surgimento da modernidade operou-se a cisão e a fragmentação desse todo. O homem foi convocado a questionar as verdades colocadas e a buscar dentro de si as respostas e não mais aceitar o que era dado de forma absoluta e incontestável. Desse modo, houve a separação entre ele e o mundo, que já não representavam unidade e harmonia. O homem percebeu-se nessa separação como um ser incompleto. E o que foi proposto pela modernidade é que a busca pelas verdades fossem no próprio eu, o que exigia deste uma postura de autocentramento que culminou com sua necessária individualização. O homem precisou separar-se e fragmentar-se em busca de sua totalidade e completude, que sempre foi o seu objetivo. Nesse momento viu-se liberto dos antigos valores que o aprisionavam e lançou-se em busca de outros (Silva, 2006).

E assim como foi visto anteriormente, o projeto moderno também não conseguiu dar conta de suas promessas e o que temos na contemporaneidade são, entre outras coisas, as ressonâncias do fracasso dessa busca. O sujeito esvaziou-se de tudo o que pudesse corromper sua nova estrutura, quebrou seus alicerces e até hoje não conseguiu construir novos. Com o passar do tempo o que tem se feito sentir e notar é o enorme vazio vivido pelos sujeitos (Lipovetsky, 2005).

Pois em meio à tanta liberdade ficou difícil fugir ao sentimento de desamparo, uma vez que a proposta do que ter como modelo e referência não é compatível com a idéia de apoiar-se em

modelos, tradições familiares e sociais, em outras palavras, seguir, aprofundar ou mesmo reformular os estilos e modos de vida que se tinham anteriormente, uma vez que na modernidade a idéia é a de romper com todos os laços e tradições. É possível dizer assim que este sentimento de desamparo está presente na sociedade atual e é responsável por uma diversidade de sofrimentos psíquicos, que não são aceitos por esse mesmo social, sendo encarados como fragilidade humana. O indivíduo precisa ser suficiente e eficiente, e com esse imaginário social, aqueles que não conseguem se enquadrar, tornam-se presas fáceis das drogas lícitas e ilícitas, na tentativa de se adequar (Arteiro e Francisco, 2007; Carreteiro e Cardoso, 2003).

E como não existe a possibilidade de tudo dar conta, o indivíduo nas escolhas que faz invariavelmente abre mão de outras. Nesse sentido, ancorado em sua liberdade individual para criar o seu universo, por outro lado precisa abrir mão da segurança na busca da felicidade. É Bauman (1998) quem nos fala dessa questão ao argumentar que:

“Qualquer valor só é um valor graças à perda de outros valores, que se tem de sofrer a fim de obtê-lo. Entretanto, você precisa mais do que mais falta. Os esplendores da liberdade estão em seu ponto mais brilhante quando a liberdade é sacrificada no altar da segurança. Quando é a vez de a segurança ser sacrificada no templo da liberdade individual, ela furta muito do brilho da antiga vítima. Se obscuros e monótonos dias assombraram os que procuravam a segurança, noites insones são a desgraça dos livres. Em ambos os casos, a felicidade soçobra” (p. 10).

Além do mais a liberdade experimentada por esses indivíduos é vivida na incerteza, que tornam certas pessoas em estranhas, irritantes e desconcertantes ao convívio, e que gera um problema porque obscurecem as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas. Estas fronteiras se relacionam com o espaço próprio que cada pessoa cria na intenção de desenvolver sua vida com o mínimo de interferência possível e cercando-se o quanto puder de segurança e espera pelo melhor. O conflitante disto é que os homens hoje sofrem de uma crônica falta de recursos para a construção de suas identidades de forma realmente sólida e duradoura, e acabam encontrando-se à deriva e mergulhados no sofrimento e no vazio (Brasil, 2003).

Esse vazio que hoje a sociedade experimenta, a queda dos seus valores e ideais, ao contrário do que se poderia esperar, não trouxe mais angústia, insatisfação e o incômodo que pudesse originar algum tipo de ação retificadora dessa condição. Mas, diferente disso, há o que se chamou de “surto de apatia de massa”, um conformismo vivido pelas pessoas, em que categorias que antes se encontravam opostas, como a de plenitude e decadência, afirmação e negação, saúde e doença, já não pudessem dar conta, como se na realidade já não se soubesse ao certo a que campo recorrer e nem mesmo se há um campo específico que possa abarcar essas questões (Lipovetsky, 2005; Pontes, 2008).

O que o autor Lipovetsky (2005) aponta além do exposto, é para o fato de que não existem mais fronteiras delimitadas entre coisas que antes se opunham e se mantinham a um distanciamento claro, que podem em nossa sociedade atual estar mais ou menos próximas, por vezes até sendo confundidas. Como se na realidade, valores que antes se encontravam como polaridades agora assumissem significados relativos de oposição, sendo em alguns momentos diferentes e em outros a mesma coisa. Tudo se confunde no mundo pós-moderno. Não existe mais referencial para as atitudes, preferências e escolhas humanas. O que dita e embasa a ordem dos acontecimentos presentes e vindouros, é o sistema vigente, que dá o movimento e o tom de acordo com os valores que constitui.

Idem segue em sua discussão e chama atenção para a questão do sentido, pois na sociedade em que vivemos este vem sendo deixado de lado não se constituindo como parte na prioridade das pessoas. O autor diz que a oposição que existia entre o sentido e o não-sentido perdeu o seu caráter de trágico e radical ante as frivolidades e futilidades dos novos tempos, e que mesmo à desgosto dos metafísicos e antimetafísicos, o que mostra a realidade atual é a possibilidade que existe de uma vida sem finalidade e sem sentido, que age como numa sequência-flash de eventos. Uma sequência que não se conecta com nada e não vai a lugar algum que exija uma certa distância a ser percorrida (Lipovetsky, 2006).

Isto tudo é reforçado pela contemporaneidade que prega que os indivíduos sejam cada vez melhores, que busquem incessantemente o triunfo, a performance perfeita, numa luta feroz consigo mesmos para estar sempre à frente, superando-se a todo momento. Com isso a subjetividade fica empobrecida e a mercê do que dita à ordem dominante (Carretero e Cardoso, 2003). Há um esvaziamento do ser, para o enaltecimento do ter.

E temos experimentado como resultado desta dinâmica social o aumento cada vez maior do sentimento de vazio, algo que não se consegue nomear com clareza, que se apresenta difuso e invasor. É a crise do ser humano, que perdeu o chão, se desequilibrou e sofreu um desmonte jamais vivido historicamente. É um vazio caracterizado por uma incapacidade de sentir as coisas e os seres, visto estar na pauta do momento a busca dos indivíduos pelo não envolvimento e o desprendimento emocional, para não correr o risco de sofrer com a instabilidade das relações. O que se almeja com isso são relações que não exijam ligações profundas, em que os sujeitos possam não ter que se sentir vulneráveis e terem independência afetiva para viverem sozinhos (Lipovetsky, 2006; Carvalho, 2008).

Desse modo tem se alargado a distância que se faz sentir entre as pessoas e o novo homem que tem se encontrado cada vez mais só e desamparado. E numa tentativa de dar conta dessas questões busca a anestesia e o entorpecimento, por meio do uso de substâncias que servem para calar sua interioridade e elevá-lo a um plano diferente da realidade não suportada (Arteiro e Francisco, 2007; Carretero e Cardoso, 2003). E será dentro desta empreitada que avanço no terceiro e último capítulo.

## 5. O encontro do Sujeito com a Droga

“Eu amava as drogas, amava o que elas faziam comigo. Elas me libertavam daquela terrível sensação de isolamento que eu sempre havia tido. (...) foi como se o meu mundo tivesse deixado de ser em preto e branco e ficado colorido. (...) Quando cheguei a um determinado ponto, senti que o caminho de volta era longo demais. Aceitar a responsabilidade, admitir a culpa, restituir o que eu havia tomado, ou apenas pedir desculpas – tudo isso tinha ficado difícil demais” (Nic Sneff, 2009.)

A temática que será desenvolvida neste capítulo, aborda a questão mais específica da droga no relacionamento que mantém com os sujeitos. Muito mais do que apontar os seus efeitos bioquímicos sobre o organismo, ainda que seja um aspecto a ser considerado pela relevância para o conhecimento da substância que estou tratando, será de fundamentação importante discutir o sentido que é dado pelos sujeitos para a mesma bem como o lugar que ocupa na sua dinâmica subjetiva (Lombardi, 2004).

O problema da droga não pode ser abordado sob um único viés para que se possa obter uma compreensão acurada de seu fenômeno. Ele precisa ser concebido sob vários aspectos que o englobam e que o tornam, nesse sentido, algo extremamente complexo e de difícil resolução. Segundo nos aponta Lombardi (2004), a adicção comporta aspectos biológicos, culturais, familiares, psíquicos e sociais. E requer ainda a contribuição de várias áreas do conhecimento, não podendo se restringir a um único campo de saber (Raupp, 2006).

É importante ainda ressaltar que, a partir da perspectiva de Carreteiro e Cardoso (2003), que a questão da dependência química, aparece muitas vezes como marca da localização dessa problemática, na droga e no sujeito, e que na verdade há, segundo as autoras, a retirada da discussão aquilo que abrange a própria sociedade, que no momento atual em que vivemos se estrutura sobre parâmetros adictos de existência, em todos os sentidos, como foi desenvolvido no capítulo anterior e que retomarei aqui alguns pontos principais para essa discussão.

Segundo relata Bucher (1988), para que se possa ter uma compreensão do fenômeno da adicção torna-se necessário passar pelo conhecimento de alcance antropológico e do seu impacto sócio-cultural. E além disso despir-se de atitudes moralistas, preconceituosas e repressivas a fim de entender do que se trata, e adotar uma abordagem de cunho mais compreensivo a esse respeito.

## 5.1- Droga: Histórico, propriedades e funções na cultura:

Nos últimos anos quando ouvimos falar em droga comumente a encaramos como algo extremamente aversivo e imediatamente associada a malefícios. Porém, nem sempre foi percebida dessa forma ao longo da história, apresentando muitas variações no decorrer do tempo. Seu significado já assumiu vários sentidos de acordo com a cultura e o efeito desejado. Foi sinônimo de transcendência, quando era utilizada para entrar em contato com o sobrenatural; veneno, quando os povos bárbaros utilizavam para atacar seus inimigos; medicamento e cura, manipulada na dose certa para combater os males orgânicos e utilizada pela medicina; entorpecimento, para alcançar um estado de espírito agradável e apaziguador, e morte, quando se perde o controle sobre seus efeitos e é levada às últimas conseqüências (Lombardi, 2004; Raupp, 2006).

E ainda quanto aos sentidos atribuídos à droga que variam ao longo da história, de acordo com a cultura e em suas diferentes épocas, a autora Totugui (1988) refere que seriam três os principais destes sentidos. Eles teriam em sua base livrar o homem da angústia em relação à sua transitoriedade, entrar em contato com divindades nas diversas experiências religiosas e místicas e a busca de prazer sendo o fator predominante em nossa sociedade moderna.

Para entendermos melhor a respeito de suas propriedades, a droga faz parte do grupo de substâncias denominadas como psicoativas, as quais entram no organismo e provocam uma reação intensa ao serem assimiladas, ainda que seja absorvida em quantidades mínimas, produzem efeitos notáveis (Raupp, 2006).

Na realidade a droga como substância em si tem uma definição mais ampla que se refere às alterações que podem produzir no organismo alterando uma ou mais de suas funções. Assim, as substâncias psicoativas agem diretamente no Sistema Nervoso Central e provocam alterações significativas na percepção, no humor e nas sensações, que se ligam à produção dos estados de euforia, de prazer, de alívio do medo, da dor, das frustrações, das angústias e etc. (Gonçalves, 1988).

Nesse contexto é ressaltado que todas as pessoas consomem algum tipo de droga no decorrer de suas vidas, seja no café, no cigarro, nos medicamentos que faz uso, entre outras. O que difere na qualidade e na intensidade desse uso depende de vários fatores como o tipo da droga, a quantidade utilizada, as características dos indivíduos, as expectativas quanto aos efeitos e as circunstâncias do uso (Gonçalves, 1988).

Para a autora Lombardi (2004), a droga foi colocada em dois pólos distintos, um que representa uma coisa boa, quando seu uso é medicamentoso e visa a cura de um indivíduo enfermo. E no outro que representa uma coisa má, quando visa o entorpecimento e que é buscado voluntariamente pelo sujeito considerado degenerado.

Raupp (2006) mostra que nunca na história da humanidade o ser humano viveu o real do cotidiano, sempre lançando mão do uso de substâncias psicoativas, para buscar alguma forma de transcendência. Desse modo a droga sempre teve o seu lugar bem demarcado e legitimado pela sociedade sem significar risco para os sujeitos. Foi somente a partir de meados do século XX que a droga passa a representar um grave problema de saúde pública, sendo objeto de preocupação e combate dentro da sociedade e os usuários passaram a ganhar conotação negativa pelo seu uso (Lombardi, 2004).

Como já mencionado a respeito da temática da droga envolver complexidade e por ser um objeto regularmente consumido pelas diversas sociedades, há outra questão que precisa ser mencionada aqui por somar-se a esse fator. Ela trata do aspecto ligado ao consumo de substâncias ter adquirido diferentes funções de acordo com a cultura e que dessa forma, vai depender de cada uma delas o modo como a droga é entendida, no que tange à sua permissão de uso ou a sua negação, os malefícios ou benefícios que apresenta e, que tanto variam de acordo com cada sociedade (o que é bom para uma, não o é para outra), quanto dentro da mesma, de acordo com o momento histórico que se vive, em que esses sentidos vão ser diferentes e mutáveis (Totugui, 1988).

Essa questão inclui o próprio fato da legalidade da droga dentro de uma sociedade, que como pontuaram Déa, Santos, Itakura e Olic (2004) caberá a cada cultura decidir quais drogas serão legais ou ilegais e que essa determinação deve-se mais a fatores antropológicos e econômicos, do que morais e éticos. Pois como assinala Totugui (1988), muitas drogas consideradas legais aumentam sua intensidade e frequência de consumo, por possuírem forte poder de atração sobre as pessoas e que são massivamente incentivadas pelos meios de comunicação, cujo uso “acarretam conseqüências talvez tão sérias e dramáticas quanto as próprias drogas ilegais” (p. 6).

Ao seguir na mesma discussão Totugui (ibid) pondera que enquanto uma sociedade vai considerar a droga um mal a ser eliminado, em outras ela será considerada um bem, um meio privilegiado de expressar sensibilidade e sabedoria. Da mesma forma em um dado momento uma substância tem seu uso legitimado como foi o caso das anfetaminas, que eram dadas aos soldados no período das Primeiras e Segundas Guerras para aliviar as dores físicas, combater a fadiga e o sono e ainda, espantar a fome, devido suas propriedades no organismo. Após esse período, o seu uso foi expandido para a população de um modo geral, a facilidade no acesso ao produto ocasionou uma “epidemia” de anfetamina no Japão do pós-guerra. Aos poucos aquilo que era permitido num dado contexto, tornou-se inadequado em outros dentro de uma mesma sociedade.

Esse dado tem a ver com o modo como a droga é utilizada pela população. A anfetamina quando foi sintetizada servia inicialmente para combater a fadiga e o sono, e nos anos 70 foi considerada como droga psicotrópica e submetida a controles de comercialização, seguido o de produção. Atualmente a anfetamina é proibida aqui no Brasil, no entanto, na composição de muitos medicamentos para emagrecimento encontram-se substâncias com composições similares

e tão nocivas quanto às anfetaminas, quando não a própria anfetamina, sendo regulamentadas pelo mercado (Oliveira, 1988).

Com isso Totugui (1988) conclui que:

“cada sociedade assume sua posição diante do uso de droga, criando regras e objetivos para a sua utilização, determinando quais as drogas que podem ser tomadas, se prescritas por um sacerdote, curandeiro ou médico, bem como aquelas totalmente proibidas (p. 4).”

Foi o caso da maconha aqui no Brasil, que no período dos anos sessenta/setenta, no movimento da contracultura assumiu um valor de contestação e crítica dos valores tradicionais instituídos na sociedade vigente, e seu uso era para ter acesso a um novo mundo que poderia ser descoberto e construído. Trazia ainda a possibilidade de lidar com novas experiências e o contato com outra realidade. Ela fazia parte, desse modo, de um desejo de transformação a partir da contestação de uma realidade que era compartilhado coletivamente por um grupo que se unia em torno de um projeto para transformar a vida. O usuário de maconha, nesse sentido, não era visto como um marginal, delinqüente ou doente, mas como alguém que estava em busca da qualidade de vida e da libertação do eu. Por isso, nesse momento a droga era colocada de forma positiva e significativa dentro de um segmento da cultura (Gonçalves, Delgado e Garcia, 2003; Mourão, 2003).

Após esse período, Gonçalves, Delgado e Garcia (2003) indicam que o uso da droga adquire outro significado em virtude de sua criminalização, expandindo-se progressivamente no comércio através do narcotráfico em termos de variedade e passando a incluir outras camadas da população. Seu consumo individualizou-se, de modo que o que antes era parte de um movimento de contestação de valores presentes em um ideal de mudança que unia as pessoas, agora apresenta um significado específico para cada sujeito para atender a outras expectativas e preencher outros espaços (Gonçalves, 1988).

E desse modo a droga se constitui em problema e recebe a denominação primeiramente de toxicomania pela Organização Mundial de Saúde, em 1950 como salienta a autora Lombardi (2004), sendo considerada assim como:

“Estado de intoxicação, periódico ou crônico, prejudicial para o indivíduo e para a sociedade, engendrado pelo consumo repetido de uma droga natural ou sintética. São suas características: invencível desejo ou necessidade de continuar consumindo a droga e obtê-la por todos os meios; tendência a aumentar as doses; e dependência psíquica e às vezes física” (p. 24).

Em 1969 passou a se chamar de “farmacod dependência” pela mesma OMS e utilizada no domínio da medicina com a seguinte denominação:

“Estado psíquico e algumas vezes físico, resultante da interação entre um organismo vivo e um medicamento, se caracterizando por modificações no comportamento e por outras reações, que compreendem sempre uma pulsão para tomar o medicamento de maneira contínua ou periódica a fim de reencontrar os efeitos psíquicos e algumas vezes evitar o mal-estar da privação. Este estado pode ser acompanhado ou não de tolerância. Um mesmo indivíduo pode ser dependente de muitos medicamentos” (Lombardi, 2004, p. 25).

A partir destas duas definições o que pode ser entendido como fator comum a elas é a droga ser um tipo de substância que ao entrar no organismo modifica uma ou mais de suas funções. Na primeira aponta para o viés da dependência ser causadora de danos não só ao indivíduo, mas inclui a sociedade; e do abuso abarcar todo tipo de substância. E na segunda fica restrita aos medicamentos e à dimensão do usuário. O que pode ser entendido nestes pontos é que a conceituação do problema não é fácil e abrange muitos outros fatores que não são contemplados pelas definições propostas que continuarão mais tarde através dos manuais médicos modificando ou acrescentando outras questões (Lombardi, 2004).

## **5.2- As drogas e os sujeitos - novos significados:**

O que tem sido observado é que no momento histórico em que vivemos, a droga deixou de fazer parte de rituais religiosos, de busca de transcendência e de simples recreação dos jovens na busca de inclusão nos grupos sociais. Ela entra na economia de mercado, prometendo algo mais além de prazer, sendo um meio de aliviar a angústia e suportar o mal-estar surgido com a contemporaneidade. Seu uso está presente na dinâmica social assumindo uma forma de existência, um caráter de pertencimento e constituição de subjetividades (Lombardi, 2004; Gonçalves, Delgado e Garcia, 2003).

Segundo Totugui (1988), o uso de drogas na modernidade deixou de fazer parte de movimentos culturais ou de estarem ligados a qualquer dimensão ideal de uma coletividade, mas que a busca pelo seu prazer é um fim em si mesmo, não tendo o caráter de um veículo que leve a outro fim. O que antes havia um sentido positivo, de construção social, agora assume contornos negativos que apontam não apenas para uma recusa quanto a esse social, mas para um sentimento de incapacidade em situar-se tanto a nível individual quanto coletivo, por aqueles, que buscam o prazer dessas substância. E o seu uso foi perdendo o espaço ritualizado para adquirir formas individualizadas e solitárias.

Em relação ao mal-estar que é sentido pelo sujeito ao viver em sociedade, Salmen (2009) nos coloca a partir de Freud em sua clássica obra *O mal-estar na cultura*, que existem três tipos de mal-estar presentes na cultura com os quais o homem tem de lidar. São eles, o mal-estar em relação ao corpo, condenado à degradação e à morte; o mundo da natureza, com suas forças de destruição implacáveis e sem controle e por último e também considerado o mais penoso, a relação com os outros homens.

O que é apontado em estudos realizados nesse viés é que o homem para viver em sociedade e se constituir enquanto um ser de cultura precisa renunciar à sua satisfação individual plena e irrestrita em nome de todo o grupo. Se assim não fosse não haveria possibilidade de conviver com os outros homens. Portanto, é preciso que haja um limite, uma lei que barre seus impulsos, que diga respeito ao bem comum e não ao proveito próprio e impeça, desse modo, que ocorram conseqüências desastrosas (Filho, 2006).

Porém, mesmo com a condição de renúncia à total execução dos desejos, os sujeitos não deixam de tê-los e de procurar meios de atingi-los, ainda que em detrimento do interesse do grupo. Essa limitação é sentida na dificuldade em relacionar-se com os demais e presentifica-se com a vivência de um mal-estar (Filho, 2006).

Para este aspecto, o homem se vale de caminhos alternativos para lidar com essa questão e, dentre as possibilidades aparece a droga que as palavras de Salmen significam da seguinte forma:

“A mais grosseira, porém, a mais eficaz é a droga, que tanto aumenta o prazer, quanto diminui a sensibilidade ao desprazer e ainda se oferece como meio para atingir um alto grau de independência do mundo externo e da realidade, proporcionando refúgio em um mundo próprio” (Salmen, 2009, p. 03).

Desta forma, a droga atua para responder a uma demanda de dor dos sujeitos, frente a uma condição adversa em relação à sociedade. Condição descrita como um desamparo em que a subjetividade não consegue lidar com conflitos, considerados insuperáveis (Guimarães Filho, 2006). E como a maior demanda de todo o ser humano é ser feliz, ele encontra na droga uma forma de amortecer suas preocupações na busca pela sua felicidade (Lombardi, 2004).

E mais ainda em relação à questão do desconforto dos sujeitos, outro ponto que é colocado para o uso de drogas pelos autores Stacechen e Bento (2008) está nesta se constituir como uma forma de lidar com um estado de tensões produzido pelo vazio de significados e que segundo Lombardi (2004) tem no seu consumo o oferecimento, em curto espaço de tempo, de um prazer intenso, direto, sem mediação e que todos desejam (Gonçalves, Delgado e Garcia, 2003).

Nesta relação entre consumo e toxicomania há uma grande intimidade, pois ambos oferecem a promessa de felicidade fácil e com o esforço de apenas consumir, sendo o toxicômano considerado o consumidor perfeito, porque realiza o ideal de consumo, o sonho de

todo fabricante de criar um produto que gerasse total dependência sobre seu uso. Um produto que fosse consumido permanentemente, de forma regular e sem o qual não se pudesse passar. Desta forma, a droga é o produto ideal, aquele que parece preencher o sujeito e suprir todas as suas necessidades e ainda atender ao mercado que sempre poderá contar com essa dependência para se manter (Lombardi, 2004; Stacechen e Bento, 2008).

Dentro da lógica imposta pelo consumo a droga aparece, então, como mais um objeto dentre tantos outros que são oferecidos pelo mercado. Porém, com a particularidade de ser um objeto que desinveste os outros objetos de significação, em função de sua “magia” que se tornou uma mercadoria mágica com forte potencial de destruição (Mourão, 2003).

É ressaltado ainda pela autora Lombardi (2004) que o consumo de drogas psicoativas causa um estado de bem-estar, que mesmo sendo temporário serve para afastar o sujeito de uma realidade onde talvez possa não encontrar possibilidades para a realização de seus desejos.

Nesse sentido, a adição às drogas cai como uma luva na sociedade em que vivemos por possibilitar a gratificação imediata (Lombardi, 2004), corroborando com aquilo que tem sido almejado e buscado pelos sujeitos, amantes da instantaneidade, e, também, por possibilitar que estes tenham um lugar determinado na sociedade, visto ser o consumo a palavra de ordem e de inclusão do momento. E a droga é o objeto de consumo que adquire valor absoluto, insubstituível e por isso tão bem sucedido (Salmen, 2009; Gonçalves, Delgado e Garcia, 2003).

Além disso as substâncias psicoativas, sobretudo as lícitas como o álcool, tabaco e medicamentos, são veiculadas o tempo todo pela mídia sempre com associação a prazer, bem-estar, caminho para evitar a insatisfação. Ela se tornou “necessária” à sobrevivência no mundo da pós-modernidade. Ser usuário de qualquer tipo de substância psicoativa parece estar presente no imaginário subjetivo dos sujeitos e, entender como essa relação funciona também é de ordem subjetiva (Salmen, 2009).

Outra questão que precisa ser colocada em relação à drogadição é que esta pode causar uma dependência tanto física quanto psíquica. No primeiro aspecto é o fator biológico que assume a liderança sobre o sujeito e que pode ser explicado a partir do conceito de tolerância, que com o uso continuado exige do organismo doses mais elevado para o alcance da mesma intensidade nos seus efeitos. Em relação à dependência psíquica entram os aspectos referentes à cultura, o social e o indivíduo na interação com estes. Para ambas as questões o que marca é o sofrimento sentido e a busca por um estado de paz de espírito e satisfação, possíveis através das drogas (Lombardi, 2004).

Além disso, a investida para consumir e os efeitos que os sujeitos encontram nas drogas é de tanta magnitude que para obtê-lo, o drogadicto se torna capaz de matar e morrer, de esquecer as leis, os valores, fica totalmente intolerante às frustrações e quer tudo imediatamente (Lombardi 2004). Os laços familiares e todos os outros laços que embasaram a sua existência humana perdem todo o sentido (Salmen, 2009). Ele fica completamente indiferente aos efeitos

nocivos desse prazer para a sua vida e para sua relação com seus semelhantes. E para buscá-lo abre mão de qualquer responsabilidade com o mundo real (Filho, 2006).

Em relação aos laços a que a autora Salmen (2009) se refere, eles encontram-se atualmente fragilizados e com as características de uma nova sociedade em que o valor da liberdade individual é muito forte. No entanto trata-se de uma liberdade relativa que se apresenta dentro das possibilidades propostas pelo sistema. O indivíduo drogadicto ao envolver-se com as drogas de um modo contraditório em que perde sua liberdade de escolha, que passa a ser regida pela droga, por outro ângulo ganha a liberdade em relação à sociedade, por ser transportado a uma outra que o livra de seus medos, fantasmas, imperfeições, inadequações, de seu sofrimento e da dor de existir (Olievenstein, 2003).

Nesse íterim é importante observar que quando se fala de drogadição, nesse viés em que se constitui um problema social, refere-se aos sujeitos que ficam presos à droga pela sua dependência e não aqueles usuários recreativos para os quais as drogas não são problemáticas. Essa diferença se deve a uma questão presente nesse fenômeno das drogas entendida por um tripé que se forma com o indivíduo, a substância e a sociedade. Somente com a relação entre esses três fatores que se pode pensar tal temática e estabelecer a diferença entre uso e abuso (Lombardi, 2004; Olievenstein, 2003; Oliveira, 1988; Totugui, 1988; Gonçalves, 1988).

Dessa forma entende Olievenstein (2003) que não basta ter a droga para que se tenha a dependência. É preciso que algo da personalidade de cada sujeito vá ao encontro com a substância e desenvolva uma relação com ela e, ainda, que esteja ancorada em um determinado contexto sociocultural. Acrescenta ainda que por esse aspecto a dependência é tanto ativa quanto passiva, porque algo do sujeito vai em busca constante e voluntária à droga, mas também é totalmente submisso a ela e aos seus mecanismos de ação.

E é assim que se diferenciam os usuários ocasionais ou recreativos dos toxicômanos. Pois os primeiros fazem uso da droga para um determinado fim, relacionado a um contexto e de modo temporário, tendo a mesma, participação limitada em suas vidas. Com relação ao toxicômano a droga se transforma na maior causa de sua existência e toma toda a sua vida que passa a girar em torno da repetição e frequência do seu uso (Oliveira, 1988).

Em entrevista realizada com o profissional Alexandre Barros<sup>1</sup> (2010) que coordena um projeto de assistência para dependentes químicos chamado de Grupo Garden, situado no município de São Gonçalo no Rio de Janeiro. Ele relata a partir de sua experiência com os dependentes, várias contribuições. Entre elas sobre a existência de quatro níveis de possibilidade para a relação do sujeito com as drogas. Esses níveis diferem quanto à frequência e a

---

<sup>1</sup> Alexandre Barros é coordenador do Grupo Garden, exerce trabalho voluntário junto aos dependentes químicos e suas famílias e conta com uma experiência de 10 anos na área da dependência, tendo atuação de conselheiro comunitário mediante capacitação adquirida por meio de cursos oferecidos pelo Governo, que tem como foco preparar profissionais que trabalhem e tenham interesse no tema da drogadição.

problemática no uso, sendo o primeiro o mais leve e o último o mais pesado. E também quanto às possíveis motivações presentes nesta conduta tanto para iniciar quanto para permanecer no comportamento da adicção.

Nesse sentido os quatro níveis são: o da experimentação, o da recreação ou ocasional, o abusivo ou pesado e o da dependência. O primeiro nível corresponde à experimentação, que seria o momento em que o indivíduo tem o primeiro contato com a droga e pode ter o desejo de repetir esse contato ou não. O fato de experimentar em si não é significativo de dependência e nem se constitui em um problema. Os problemas na verdade estão mais ligados aos terceiro e quarto níveis quando sai de uma condição do divertimento para a de uma necessidade em usar.

Os principais motivos que identificou através dos relatos dos usuários para esse primeiro nível foram: a curiosidade pelo fato da grande apologia que existe através dos diversos meios de comunicação para a utilização da droga; por pressão de grupo que pode ser tanto ativa quanto passiva e o indivíduo para fazer parte do grupo, por suas necessidades de identificação e aceitação, principalmente sendo prática comum entre o mesmo e o uso da substância. É como se precisasse entrar nessa dinâmica para não ser excluído, ainda que não tenha a curiosidade pela droga e, a rebeldia e necessidade de autoafirmação pela droga possuir um cunho de ilegalidade, de algo proibido, o adolescente quer mostrar que é rebelde, que é revoltado, que é diferente da família e funciona ainda como forma de protesto em relação à sua insatisfação com o seu contexto familiar (Barros, 2010).

Assim, para este primeiro nível são três as principais motivações no que diz respeito à experimentação feita por adolescentes das drogas. Com relação ao adulto jovem e ao idoso que a experimentam pela primeira vez, os motivos podem estar associados: um pouco à curiosidade e por necessidade de experimentar algo novo em sua vida, principalmente se existe algum conflito na vida desses sujeitos, alguma dificuldade que estejam enfrentando. A droga é colocada pela publicidade como algo que possibilita ter experiências novas, aliviar determinadas frustrações e sentimentos aversivos (Barros, 2010).

Desse modo o primeiro contato com a droga comumente ocorre por meio das motivações acima demonstradas. E em relação à permanência no seu uso pode referir-se, no caso das drogas psicotrópicas, à identificação por parte dos usuários com os efeitos que ela proporciona, como a sensação de bem-estar, de relaxamento, com o alívio momentâneo de algum desconforto, com a superação de alguma limitação que a pessoa tenha como a timidez, o nervosismo diante de algumas situações, que são fatores que instigam os sujeitos a querer fazer uso da substância ocasionalmente, para algumas circunstâncias específicas. E na questão mais específica do cigarro, a repetição do uso estaria prioritariamente ligada ao contexto social que estimula (Barros, 2010).

Quando o indivíduo começa a repetir o uso para alcançar as mesmas sensações que num determinado momento e situação foram boas é, que começa a desenvolver a dependência. Mas

antes disso, outros fatores que também podem contribuir para a permanência do uso são a já referida pressão do grupo, que leva o jovem a experimentar e se não muda de grupo permanece usando, e à rebeldia e a necessidade de autoafirmação. Com isso, todas essas questões somadas a presença de conflitos emocionais relacionais são significativas para a continuidade no uso das drogas (Barros, 2010).

Deste modo, o uso ocasional de drogas passa a ser realizado de forma contínua e intensa tornando-se abusivo ou pesado. Nesse momento o que era utilizado como um artifício para uma situação momentânea, já se configura com uma representação maior na vida do indivíduo. Isso ocorre em função das modificações que produz no seu caráter, nos aspectos positivos que surgiram em sua personalidade, que faz com que o uso tenha uma significância maior em sua vida e não mais ligado a um fator direto de alcance de benefícios. A pessoa passa a assimilar sua vivência com aquele uso que vai se tornando uma necessidade (Barros, 2010).

Por sua vez, essa necessidade é o principal fator de diferenciação entre o uso abusivo e a dependência. Quando o indivíduo passa a aumentar a frequência e a intensidade no uso da substância, e que se torna abusivo e prolongado, aos poucos vai perdendo o controle por esse uso que passa a ocorrer não mais por um desejo deste em usar, mas por uma necessidade. Neste momento se instala a dependência. No entanto o indivíduo não tem a consciência disso. Ele acredita que está no controle e no momento que sentir vontade pode parar e afirma que faz uso da droga porque quer, quando na verdade não é isso o que acontece (Barros, 2010).

Segundo relato do entrevistado ora referido, isso se verifica pela seguinte idéia: a de um uso que varia entre ser feito por necessidade do que se gosta ou por gostar do que se tem necessidade. E a grande diferença que existe entre o abuso e a dependência é essa, pois no primeiro caso o indivíduo consome a droga por ter necessidade do que gosta, o uso é para satisfazer a necessidade do gosto dele. E na dependência ele gosta do que ele tem necessidade. Não responde mais por um querer, mas por um precisar da droga. A sua mente já o faz buscar a droga como única forma de se sentir bem, ela passa a ser fundamental à sua existência.

Nesses aspectos o uso abusivo ainda não é considerado uma dependência, mas já é um forte indício que aponte para o seu desenvolvimento, que só não está definitivamente caracterizado. Isso se dá porque dificilmente o uso abusivo tem a ver com as motivações referentes aos primeiro e segundo níveis, da experimentação e da recreação, que levavam o indivíduo a usar drogas e, desse modo começa a ficar problemático em sua vida. É quando passa a sofrer alterações e afetar diversas áreas vivenciais e os modos como vão se dar os relacionamentos.

### 5.3- O sujeito da droga:

No estágio mais crônico da drogadição, todas as coisas perdem o sentido e o indivíduo vive para consumir a droga. Todos os comportamentos que têm são para se drogar. O seu ser fica completamente em função dela. Nada e ninguém possuem representação na vida do indivíduo, que corta com tudo de forma radical e estabelece com a substância o que se denominou de um estado fusional (Barros, 2010; Lombardi, 2004).

Para pensar na ligação que os sujeitos fazem com a droga, Olievenstein (2003), chama a atenção para duas questões, sendo a primeira delas referente ao entendimento do problema que para ele precisa ser pensado sob uma abordagem da intensidade e não da causalidade, que aponte para o conteúdo dessa relação e não para sua causa. E no outro ponto somado a esse acrescenta que não existe dúvida quanto a dimensão biológica, psíquica e social da dependência, mas que há algo considerado de extrema importância e não pode ser deixado de lado que se refere a “uma rede associativa que se constrói por meio de uma espécie de amarra psíquica em que se exclui a voluntariedade, conteúdo inteiramente próprio ao homem” (p. 45), ou seja, existe um direcionamento voluntário do sujeito para o objeto, ainda que não de forma consciente para ele de porquê o faça (Olievenstein, 2003; Barros, 2010).

O que se percebe então da relação que se estabelece entre sujeito e droga é que esta é composta por um antes, um durante e um depois. Sendo o antes e o depois relacionados com um sofrimento advindo da história de vida desse sujeito. Um antes que o faz procurar a droga e que se refere aos problemas que encontra em sua realidade. Um depois, mediante o estado de desespero pelo fracasso dessa empreitada em que seu drama existencial é retomado com piores proporções, onde sua vida e suas relações estão destruídas, principalmente as familiares que são também as primeiras a serem afetadas. E o durante que seria o momento do êxtase, da produção de sensações, da suspensão da dor e do sofrimento, onde existiria só ele e mais ninguém e que sua vida fosse tomada como só sua, sem a interferência do outro e sem a preocupação com este por parte do sujeito, liberto das amarras sociais (Filho, 2006).

Por esse motivo é que o uso da droga é solitário, ainda que o ritual seja realizado em conjunto. A entrada no seu universo prescinde de um outro, o que livra o sujeito de ter que manter relação com as pessoas. Desse modo não há o que ser compartilhado, o que causa no drogadicto uma sensação de autosuficiência e de satisfação, pois se afasta do sofrimento que o relacionamento com o outro pode causar. O que se observa é que a droga tira o sujeito da relação com os outros e também o tira da condição de sujeito, pois provoca uma espécie de suspensão de sua existência em função de sua colagem com a droga, que o coloca em outra realidade (Filho, 2006).

Ainda sobre esse ponto, a saída de sua condição de sujeito refere-se também ao fato de que os efeitos que a droga proporciona são prioritariamente sentidos no corpo e onde a dimensão da

palavra e de qualquer forma de simbolização é abolida. O sujeito perde a capacidade de pensar e dar sentido à sua existência em função do entorpecimento provocado pela droga, que o impede de vivenciar suas questões emocionais, ao converter todas as suas sensações em prazerosas, retirando o espaço da dor que também faz parte de sua existência. O que prevalece é a ação em detrimento da palavra e, desse modo, o sujeito ao se ver sem recursos psíquicos para lidar com suas angústias, recorre ao artifício das drogas que ao cessar seus efeitos, intensifica sua dor e cria a necessidade de novas doses (Lombardi, 2004).

E um grande problema que advém com esse comportamento diz respeito à anulação da possibilidade do sujeito dar continuidade ao seu ser, que constantemente se cria com as experiências. Pois nesta constituição está contida à vivência tanto da dor quanto do amor em sua forma genuína. O sujeito, sem sentir estas verdadeiras experiências fica esvaziado psiquicamente. Ao fazer o uso da droga fica impedido de viver as emoções de forma real e passa a habitar dentro de uma mentira, de uma ilusão, vive como um extraterrestre em uma realidade paralela (Lombardi, 2004; Alexandre, 2010).

Pois a vivência das emoções e dos conflitos que elas podem gerar é que faz com que o indivíduo ao confrontá-las tenha a possibilidade de desenvolver recursos cognitivos para lidar com suas questões existenciais e amadurecer. Com a adicção, pior do que ter estagnada a sua existência, paralisado o seu crescimento é, na verdade sofrer uma deturpação, transformação da mesma de modo a impossibilitar o reconhecimento do sujeito (Alexandre, 2010).

Nas palavras da autora, o sujeito ao se construir a partir de uma ilusão exige a necessidade de constante sustentação da mentira para que a verdade não apareça. Esse processo demanda muito investimento que se baseia num repertório de atitudes repetitivas. A realidade a ser escondida é dolorosa porque incluem faltas e são esses buracos que a droga impede que o sujeito reconheça, ao abolir sua capacidade de pensar. Nesse sentido, ela nos explica que:

“O adicto, por não tolerar a percepção das faltas, opta pela falsidade. Ele passa a ser hospedeiro de uma ilusão, uma mentira. Ao pensarmos a droga como uma mentira, teremos que nos reportar à possibilidade de um esvaziamento. Fica estabelecido um vínculo destrutivo entre o sujeito e a droga, como um hospedeiro e um comensal, já que a mentira despoja a mente de significado. Ele usa de todas as defesas para que a verdade não apareça, já que ela coincide com a experiência emocional, que é em última análise o que deve ser evitado a todo custo. A mentira funciona como uma tentativa de livrar-se rapidamente de algo incômodo, a realidade psíquica” (Lombardi, 2004, p. 49).

Nesta conjuntura, nota-se à total submissão dos sujeitos às drogas e o rompimento dos seus vínculos pela impossibilidade de se darem sob afetos genuínos. Eles reconhecem a sua dor, mas sentem-se incapazes de sofrê-la (Lombardi, 2004).

O desconforto que sentem os indivíduos quando a realidade se impõe, faz com que se percebam sem o conhecimento de recursos internos próprios para lidar com tal realidade e, sob esse viés a droga funcionaria como um recurso externo para que o indivíduo cale sua dor mental ao tranquilizar seu espírito e suprimir provisoriamente o conflito psíquico. Se o uso da droga ajuda a dissipar as emoções que não se quer sentir, sem precisar encará-las e, portanto, dar-lhes um sentido, na emergência de novos desconfortos sempre se fará o uso da substância que funcionará como um atalho para o prazer, que o isenta do conflito, mas também o impossibilita de crescer enquanto pessoa (Barros, 2010; Lombardi, 2004).

Nesse desenvolvimento tratado até aqui sobre a questão das drogas e da drogadição, há algo a ser notado no movimento assumido pelos sujeitos, que nos faz perceber que o indivíduo ao longo de todo o percurso histórico passou da condição de uso da droga por uma questão íntima de encontro com o divino para elevar-se espiritualmente, saindo de uma busca por transcendência até o seu oposto, com na realidade um movimento de descendência e degradação pessoal. Isto se deve porque em vez da liberdade do encontro com o divino, emergiu no vazio do desencontro, na dor da solidão e na angústia da confirmação da finitude e precariedade do eu, que se insulou da vida. Esse sofrimento incita-os a viajarem no mundo que a droga possibilita, que os leva de um lado a outro, até a última viagem possível quando já não há como ir à lugar algum e se chega ao fim da linha (Arruda, 2003).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo tratou da problemática do uso de drogas feito pelos sujeitos na sociedade atual, e teve como foco principal ressaltar o modo como as relações ocorrem no contexto de uma sociedade capitalista, embasada na lógica do consumo, na estetização da existência, que exarceba o individualismo e o afasta das outras pessoas, levando-o ao esvaziamento de si, e a procurar preenchimento nos objetos oferecidos pelo mercado, cuja droga entra em tal conjuntura como uma luva e exerce função primordial para retirar o sujeito da dor, mas também para apagá-lo de sua condição de sujeito e de suas relações, retirando-o do campo do sentido, da significação para situá-lo à nível das sensações, desligando-o da mente e reduzindo-o ao corpo.

No primeiro momento foi vista a constituição do homem na cultura mediante a participação do outro e do quanto a dimensão relacional apresenta-se como condição vital para sua inserção na cultura e para a possibilidade de viver em sociedade, não sendo, portanto, possível conceber sua existência no isolamento. É que as transformações que ocorrem na história, alteram o modo de vida de um povo e interfere na conduta de seus membros. Nesse viés, a ruptura com uma lógica na história, reconhecida naquele momento por um conservadorismo, um respeito às tradições, traz com a instauração da Modernidade uma verdadeira revolução e reformulação de todos os valores que se tinha. Foi como se o homem tivesse adquirido sua liberdade e a

capacidade de responder por sua existência, centrado em sua razão que passaria a ser a grande protagonista desse processo.

Como foi abordado no desenvolvimento deste estudo, as fronteiras que eram bem delimitadas, os conceitos que eram bem definidos aos quais não se cabia a dúvida quanto a serem certos ou errados, tendo os sujeitos segurança para decidirem os caminhos a seguir; foram completamente alargadas de modo a entrarmos numa era do vale tudo. Avessos à todas as formas existentes de proibição, limitação, ponderação, imposição, rompeu-se com o todo. A vida em sociedade passou a fazer parte de uma lógica permissiva com justificativas à libertação do homem, ao atendimento prioritário de seus desejos, a sua autonomia em escolher e montar sua trajetória com as peças que achasse necessária. Desse modo, tudo passa a ser permitido na quantidade, frequência e diversificação desejada.

Não havia uma norma a ser obedecida, uma referência a que os sujeitos se embasassem para planejar seus futuros e devotarem fidelidade, um objetivo nobre a ser atingido ou a esperança em um futuro promissor. O que existia e estava valendo era o tempo presente, do aqui e agora. Desse modo, era preciso dar conta de tudo o que fosse possível neste intervalo de tempo, daí a rapidez e a urgência com que se vivem as coisas na atualidade. As pessoas têm pressa, não podem esperar para terem seus desejos atendidos, não podem dedicar-se na construção de nada que seja complexo e que demande maiores elaborações. Quanto mais simples, prático e rápido, melhor. E quanto menos tempo for preciso para usufruí-lo também, só assim evita-se qualquer chance de apego e, portanto, de desconforto quando for descartado e substituído pelo novo, certa e estrategicamente de lógica similar. Esse raciocínio vale tanto para a aquisição de objetos, pessoas e relações, que também economiza o modo como o sujeito vai se portar e significar cada um desses componentes em sua vida. Se entra tudo no mesmo pacote, não se diferencia por vezes a importância de uma pessoa para a de um objeto, tendo em muitos casos a primeira valor igual ou inferior ao segundo.

Nesse contexto que prega “consume! consume! consume!”, as relações perdem espaço e passam a ser mediadas pela ordem ditada acima. O sistema produz bens, os indivíduos consomem e possuem coisas e quanto mais se tem, mais se é valorizado socialmente, pois o valor está na aquisição de objetos e por isso que disse acima serem por vezes os objetos melhor do que as pessoas. Ter objetos dá status, “ter” pessoas não. E com essa idéia perdem-se os investimentos nas relações afetivas genuínas, principalmente. Os indivíduos põem-se em relações apenas com intuito de desfilarem suas vantagens (expor suas aquisições), na tentativa de serem reconhecidos pelo outro, para exaltar o seu eu, porque na realidade o outro enquanto pessoa pouco importa. Importa o que possa oferecer ao eu. Temos nesse quadro a questão do individualismo, a estetização da existência e a sociedade do espetáculo e dos excessos que foram discutidos mediante contribuição maciça de Lipovetsky (2005) dentre outros autores no segundo capítulo.

Tal investida realizada pelos sujeitos não evita que apareçam os insumos, as conseqüências, os efeitos colaterais, se assim podemos dizer, desse movimento desenfreado, descontrolado de

emancipação, de corte com aquilo que já não prende e que nesse sentido deixa fluido, solto, liquefeito, sem consistência, sem substância, sem lugar. Sem lugar para sentir e viver os afetos que não são apreciados pela exterioridade do que se tornou a vida das pessoas, e que também não são suportados pelo sujeito em sua interioridade cujo esforço fazem para que não apareça em cena. Conflitos devem ser evitados, sofrimentos e qualquer tipo de desconforto abafados, nenhum tipo de dor pode ficar visível, tudo deve ser convertido em sensações prazerosas.

E para cumprir esta função tem-se a disposição o recurso da indústria farmacêutica que mantém sua excelência na confecção das substâncias que garantem o bem-estar almejado, com o privilégio de atuarem com perfeita legitimidade social. Por outro lado existe a não menos tentadora opção do narcotráfico, com o mesmo oferecimento de substâncias que atendem à demanda dos que a procuram, com a diferença de atuarem na ilegalidade e serem combatidas como chagas da sociedade, que no fim das contas não objetivam algo muito diverso do que nos propõe a ideologia farmacêutica.

O que esse estudo propôs foi mostrar o fenômeno da drogadição como parte da lógica de funcionamento de nossa sociedade. E que a droga enquanto substância sempre esteve presente na história, porém seu sentido acompanha a passagem do tempo e contextualiza-se nas culturas. E desse modo, ao pensar numa discussão a seu respeito, faz-se necessário situá-la no conjunto dos acontecimentos vigentes, além de reunir diversos olhares e perspectivas, o que torna tal fenômeno tão complexo, devido a impossibilidade de uma única definição, compreensão que seja capaz de abarcar a integralidade do mesmo. O que nos é possível à título de algum entendimento a respeito, é traçarmos um recorte para análise, olharmos mais detidamente um ângulo dos muitos possíveis. E ainda sim, não esgotaremos todo o tema.

E o foco escolhido para ser tratado aqui foi a relação que a droga estabelece com os sujeitos à nível social a partir do entendimento do modo como a realidade que se apresenta atualmente, possibilita a emergência de novos significados para o encontro dos sujeitos com as drogas e o desenvolvimento da drogadição. E que, portanto, tratar deste fenômeno não pode isentar de participação, contribuição e implicação a discussão de todo o conjunto da sociedade, cuja tendência leva as pessoas a prenderem-se num discurso moralista e hipócrita de que a drogadição é uma mal que impede os avanços da civilização e mancha a reputação daqueles que buscam viver dignamente. Como se fosse um erro de percurso, um efeito colateral, quando é na verdade uma denúncia daquilo que é falho no sistema e que está sendo produzido e fomentado pelo mesmo, quando esvazia a existência de sentidos e a preenche com os objetos que produz. Quando incutem nos sujeitos desejos e necessidades que são genéricas e não singulares. Quando vendem a ilusão de uma vida que é rentável para o sistema e cara para a existência humana. Quando enriquecem os cofres e o poder do capital e condenam à miséria tudo aquilo que é de possibilidade de criação do ser.

E é neste sentido que acredito e desejo que todos aqueles que são a favor da vida, que buscam promover saúde e se dispõem a trabalhar pelo humano, tenha tudo a ver com isso e muito a fazer nesta luta que é de todos nós.

**REFERÊNCIAS:**

ARRUDA, F.: *A subjetividade na pós-modernidade: o espaço da toxicomania*, em M. BAPTISTA; M. S. CRUZ; R. MATIAS (orgs); *Drogas e pós-modernidade 2: faces de um tema proscrito*.vol 2. Rio de Janeiro. Ed. Eduerj. 2003, p. 82-92.

ARTEIRO, I. L.; FRANCISCO, A. L.: *As Ressonâncias da Toxicomania na Construção da Subjetividade*. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 2(1), São João del-Rei, Mar./Ago.2007.Disponível em<WWW.ufsj.edu.br/portalrepositorio/file/revistapip/6artigoword.doc> Acesso em 02 de Fevereiro de 2010.

BAUMAN, Z.: *Globalização: as conseqüências humanas*. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1999.

\_\_\_\_\_: *Modernidade Líquida*. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2001.

\_\_\_\_\_: *Amor líquido*. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2004.

\_\_\_\_\_: *O mal-estar da pós-modernidade*. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1998.

BRASIL, I. E. A.: *A comédia (entremez, arremedilho, farsa, imitação burlesca)*. Em M. BAPTISTA, M. S. CRUZ, R. MATIAS (orgs): *Drogas e pós-modernidade 1: prazer, sofrimento, tabu*. Rio de Janeiro. Eduerj. 2003, p. 129-145.

BUCHER, R.: *As drogas e a vida: uma abordagem psicossocial – Apresentação*. São Paulo. Epu. 1988.

CAMPOS, G. M.; FERREIRA, R. F.: *A importância da legitimação social na (re)construção da identidade de um alcoolista*. Im: Estudos de Psicologia. 24(2), p. 215- 225, Campinas, Abril/Junho. 2007. Disponível em<WWW.scielo.br/pdf/estpsi/v24n2a08.pdf> Acesso em 09 de Julho de 2010.

CARRETEIRO, T. C.; CARDOSO, A. R. S.: *Familiarismo e Drogas*. Pulsional/Revista de Psicanálise/Clínica do Social. P.48-56. ano XVI. n.171. Julho. 2003. Disponível em<WWW.pulsional.com.br/conteudo.asp?t=6&c=329=> Acesso em 02 de Fevereiro de 2010.

CARVALHO, L. A.: *A condição humana em tempo de globalização: a busca do sentido da vida*. Em Revista Visões 4 ed. n 4.v 1. Jan/Jul. 2008. Disponível em<HTTP://www.fsma.edu.br/visoes.ed04\_a\_condicao\_humana\_em\_tempos\_de\_globalizacao\_luzia\_alves.pdf> Acesso em 21 de Julho de 2008.

COSTA, P.: *Aspectos legais do consumo*. Em: R. BUCHER (org): *As drogas e a vida: uma abordagem psicossocial*. São Paulo. Epu. 1988, p. 39-45.

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, E. C.: *A sociedade, a escola e a família diante das drogas*. Em: R. BUCHER (org): *As drogas e a vida: uma abordagem psicossocial*. São Paulo. Epu. 1988, p. 47-54.

DALLA DÉA, Hilda Regina F.; SANTOS, Elcio Nogueira; ITAKURA, Erick; OLIC, Tatiana B.: *A inserção do psicólogo no trabalho de prevenção ao abuso de álcool e outras drogas*, em revista *Psicologia: ciência e profissão*, 2004, disponível em< WWW.scielo.com> Acesso em 11 de Abril de 2009.

FERNANDES, J. M. H.: *A Fragilidade dos Laços Sociais*. Rev. Ciên. Hum, Taubaté, vol 11, n 2, p 173-174. Jul/Dez, 2005. Disponível em<HTTP://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/humanas%202005%202/pdf/9%ba%20art.pdf> Acesso em 14 de Abril de 2010.

FILHO, F. A. G.: *Construções Subjetivas do Drogadito em Regime de tratamento semi-aberto*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Universidade de Fortaleza. 2006. Disponível em<HTTP://uol01.unifor.br/oul/pages/academico/posgraduacao/novosite/tesedefendidapl.jsp?p\_nr\_curso=75> Acesso em 02 de Fevereiro de 2010.

FISCHER, R. M. B.: *Adolescência em discurso: Mídia e produção de subjetividade*. Tese de doutorado em educação apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1996. Disponível em<WWW.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10281/000188015.pdf?sequence=1> Acesso em 17 de Outubro de 2009.

FONTANA, R. A. C.: *A constituição social da subjetividade: Notas sobre Central do Brasil*. Im: *Educação e sociedade*, ano XXI, n 71, São Paulo, Julho, 2000. Disponível em<WWW.scielo.br/pdf/es/v21n71/a10v2171.pdf> Acesso em 09 de Julho de 2010.

GEORGEN, P.: *Educação e valores no mundo contemporâneo*. Educ. Soc. Vol. 26. N. 92, p. 983-1011, especial. Campinas. Out. 2005. Disponível em<HTTP:// WWW.cedes.unicamp.br> Acesso em 11 de Março de 2010.

GONÇALVES, E.: *Alguns conceitos referentes à toxicomania*. Em: R. BUCHER (org): *As drogas e a vida: uma abordagem psicossocial*. São Paulo. Epu. 1988, p. 9-14.

GONÇALVES, G. R.; DELGADO, S. D.; GARCIA, C. A.: *A toxicomania e a busca da felicidade na sociedade de consumo*. Em: M. BAPTISTA; M. S. CRUZ; R. MATIAS (orgs): *Drogas e pós-modernidade 1: prazer, sofrimento, tabu*. Rio de Janeiro. Eduerj. 2003, p. 119-128.

HUHNE, L. M. G.: *A presença da Razão*. Em: (org) BORNHEIM: *Razões*. Rio de Janeiro. Uapê. 1994.

LIPOVETSKY, G.: *A era do vazio – ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. São Paulo. Ed. Manole. 2005. Disponível em<[HTTP://letrasuspdownload/oad.wordpress.com/2010/02/28/livro-a-era-do-vazio](http://letrasuspdownload/oad.wordpress.com/2010/02/28/livro-a-era-do-vazio)> Acesso em 29 de Setembro de 2010.

LOMBARDI, R.: *Adições às drogas: o desencontro de uma ilusão*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional apresentado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2004. Disponível em<[WWW.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5141/000421420.pdf?sequence=1](http://WWW.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5141/000421420.pdf?sequence=1)> Acesso em 03 de Novembro de 2009.

LUKÁCS, G. : *A teoria do romance*. São Paulo. Duas Cidades. 2000

MARCONDES, D.: *Iniciação à História da Filosofia – dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 9 ed. Rio de Janeiro. Zahar. 2005.

MOURÃO, C.: *A função do objeto droga na ideologia da contracultura e da cultura contemporânea*, Em: M. BAPTISTA; M. S. CRUZ; R. MATIAS (orgs): *Drogas e pós-modernidade 2: faces de um tema proscrito*. Rio de Janeiro. Eduerj. 2003, p. 108-118.

OLIEVENSTEIN, C.: *Uma interrogação sobre a dependência*. Em: M. BAPTISTA; M. S. CRUZ; R. MATIAS (orgs): *Drogas e pós-modernidade 1: prazer, sofrimento, tabu*. Rio de Janeiro. Eduerj. 2003, p. 37-47.

OLIVEIRA, E.: *Drogas e seus efeitos*. Em: R. BUCHER (org): *As drogas e a vida: uma abordagem psicossocial*. São Paulo. Epu. 1988, p. 15-23.

OLIVEIRA, J.: *A adolescência e o uso de drogas*. Em: R. BUCHER (org): *As drogas e a vida: uma abordagem psicossocial*. São Paulo. Epu. 1988, p. 25-31.

PAIVA, C. C.: *Motivações para o uso de drogas*. Em: R. BUCHER (org): *As drogas e a vida: uma abordagem psicossocial*. São Paulo. Epu. 1988, p. 33-36.

PASSOS, M. C.: *A constituição dos laços na família em tempos de individualismo*. In: *Mental*. vol. 5. N. 09. Universidade Presidente Antônio Carlos. Barbacena. Brasil. 2007. Disponível em<[HTTP://redalyc.vaemex.mx/pdf/420/42000908.pdf](http://redalyc.vaemex.mx/pdf/420/42000908.pdf)> Acesso em 09 de Setembro de 2010.

PESSOA, F.: *Poemas escolhidos*. Santiago. Ed. Klick. 1997.

PETRINI, J. C.: *Mudanças Sociais e Familiares na Atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia*. Memorandum, 8, 20-37. Belo Horizonte. 2005. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/petrini01.htm>> Acesso em: 11 de março de 2010.

PLASTINO, C. A.: *Dependência, subjetividade e narcisismo na sociedade contemporânea*. Em: M. BAPTISTA; M. S. CRUZ; R. MATIAS (orgs) : *Drogas e pós-modernidade 2: faces de um tema proscrito*. Rio de Janeiro. Eduerj. 2003, p. 23

PONTES, A. M.: *O tabu do incesto e os olhares de Freud e Levi-Strauss*. Im: Trilhas, ano 4, n. 1, p. 7-14. Belém. Julho, 2004. Disponível em <[WWW.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos-revistas/37.pdf](http://WWW.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos-revistas/37.pdf)> Acesso em 13 de junho de 2010.

RAUPP, L. M.: *Adolescência, Drogadição e Políticas Públicas: Recortes no contemporâneo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006. Disponível em <[HTTP://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/9985/000554400.pdf?sequence=1](http://WWW.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/9985/000554400.pdf?sequence=1)> Acesso em 03 de Novembro de 2009.

ROMANI, O.: *Informação sobre drogas: ações, valores e orientações*. Em: M. BAPTISTA; M. S. CRUZ; R. MATIAS (orgs): *Drogas e pós-modernidade 2: faces de um tema proscrito*. Rio de Janeiro. Eduerj. 2003, p. 33-42.

SALMEN, S. M. L.: *Toxicomania- um sintoma social?* Artigo de curso de especialização em psicanálise da Universidade do vale do Rio Doce – UNIVALE. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em <[WWW.pergamum.univale.br/pergamum/tcc-old/toxicomaniaumsintomasocial/substanceabuseasocialsymptor](http://WWW.pergamum.univale.br/pergamum/tcc-old/toxicomaniaumsintomasocial/substanceabuseasocialsymptor)> Acesso em 18 de Abril de 2010.

SANT'ANA, R. B.: *A dimensão social na formação do sujeito na Psicologia*. In: Memorandum, 12, p. 125-142. São João Del-rei. 2007. Disponível em < [HTTP://WWW.fafich.ufmg.br/~memorandum/a12/santana01pdf](http://WWW.fafich.ufmg.br/~memorandum/a12/santana01pdf)> Acesso em 09 de Setembro de 2010.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília S.: *A implicação da Família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica*, em revista *Ciência e Saúde Coletiva*, 2003, disponível em <[WWW.scielo.br](http://WWW.scielo.br)> - Acesso em 4 de Abril de 2009.

SILVA, A. A.: *O símbolo esvaziado: a teoria do romance Gyorgy Lukács*. Em *Trans/formação*. 29 (1). São Paulo. 2006, p. 79-94. Disponível em <[WWW.scielo.br/pdf/fractal/v29n1.pdf](http://WWW.scielo.br/pdf/fractal/v29n1.pdf)> Acesso em 11 de Março de 2010.

SNEFF, N.: *Cristal na veia: memórias de uma viagem sem limites ao inferno das drogas*. Rio de Janeiro. Agir. 2009.

STACECHEN, L. F.; BENTO, V. E. S.: *Consumo excessivo e adicção na pós-modernidade: um interpretação psicanalítica*. Em *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 20 – n. 2, p. 421-436, jul/dez. 2008. Disponível em <[WWW.scielo.br/pdf/fractal/v20n2/09.pdf](http://WWW.scielo.br/pdf/fractal/v20n2/09.pdf)> - Acesso em 18 de Agosto de 2010.

TRINDADE, D. M.: *Interdisciplinaridade: um olhar sobre as ciências*. Im FAZENDA, I. (org): *O que é interdisciplinaridade?* Cortez. São Paulo. 2008. P. 65-83.

TOTUGUI, M.: *Visão histórica e antropológica do consumo de drogas*. Em: R. BUCHER (org): *As drogas e a vida: uma abordagem psicossocial*. São Paulo. Epu. 1988, p. 1-7.

VILARINHO, Yuri Coutinho. *A influência social na formação do indivíduo: aproximações entre as teorias de Wilhelm Reich e de Lev Vygotski*. In: ENCONTRO PARANAENSE, CONGRESSO BRASILEIRO, CONVENÇÃO BRASIL/LATINO-AMÉRICA, XIII, VIII, II, 2008. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2008. CD-ROM. [ISBN – 978-85-87691-13-2]. Disponível em: [www.centroreichiano.com.br](http://www.centroreichiano.com.br). Acesso em 09 de Julho de 2010.